AGRO ANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 33 | Nº 06 | JUNHO 2013 | R$ 15,00
ISSN 0100-4298

FGV GVagro CENTRO DE AGRONEGÓCIO

ETANOL
Sinal favorável para boa produtividade

ROBERTO DE AZEVÊDO
Conheça o novo diretor-geral da OMC

INPEV
Projeto recolhe agrotóxicos proibidos por lei



LEITE
Bons ventos em 2013

O agronegócio é o seguinte

Práticas ambientais chegam ao campo

A SITUAÇÃO da economia brasileira ainda está um tanto confusa. Qual será a taxa Selic em dezembro? Quanto crescerá o PIB? Qual será a inflação acumulada? E o dólar? Apostar com precisão em algum valor é difícil; no entanto, acertar a direção está menos complicado. Os últimos dados de inflação já apontam para aquilo que a ***Agroanalysis*** dizia, ou seja, a inflação gregoriana de 2013 ficará abaixo do teto da meta. Por outro lado, a Selic deve subir, mas pouco, menos do que espera a maioria do mercado financeiro. O PIB cresce pelo menos 3%; apenas a agropecuária garante esta taxa. Os preços do setor agropecuário em geral serão bons, e o dólar fica acima de 2 reais. Aqui, talvez, se trate de um dólar escorregando mais depressa no segundo semestre.

A conjuntura favorável da década passada não existe mais. A crise de 2008 foi o grande marco a indicar que o modelo de crescimento adotado até então tinha se esgotado. Estados Unidos e União Europeia, por estarem no centro do furacão, tiveram que iniciar o processo de recuperação de forma compulsória. As famílias e o setor privado tiveram de reduzir seu consumo e buscar alternativas para diminuir o seu grau de endividamento. A conta sobrou para o setor público, comprometendo o seu equilíbrio fiscal. Somam-se a esse problema as altas taxas de desemprego atuais.

Os produtores agrícolas brasileiros não precisam ficar preocupados no curto prazo, pois o ambiente favorável à permanência dos preços agrícolas em patamares mais elevados vai permanecer por mais algum tempo.

A boa notícia de que o embaixador brasileiro Roberto Carvalho de Azevêdo assumirá o cargo de diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) foi muito bem recebida pelo agronegócio brasileiro. Na condição de terceiro maior exportador de produtos agropecuários, com as perspectivas de se consolidar ainda como forte protagonista global nesta área, o Brasil terá de conviver com embates comerciais. A década passada já foi um bom exemplo disso, com os contenciosos, por exemplo, nos casos do açúcar com a União Europeia e algodão com os Estados Unidos.

Para o setor leiteiro nacional, o ano de 2013 deverá ser de recuperação, tanto na base produtiva, como na indústria processadora. O setor possui grande probabilidade de crescimento no Brasil, devido ao grande mercado consumidor existente. No contexto mundial, o potencial exportador é enorme. O segmento industrial nacional vive um processo importante de reorganização e consolidação. Apesar das iniciativas para melhorar a qualidade do leite, casos de fraude, como os apurados no Rio Grande do Sul durante o mês passado, abalam a confiança do consumidor e pesam contra a construção desse quadro promissor.

Na cadeia sucroalcooleira, os efeitos da crise financeira de 2008 ainda são perceptíveis em um bom pedaço de seu espaço. Mas, os impactos causados por três anos consecutivos de clima anormal começam a ser superados, pelo menos na região Centro-Sul, que deve representar 92% da moagem de cana do País. As regiões Norte e Nordeste ainda enfrentam o desafio de superar a grave seca que assola o seu território e que tem poupado, de forma moderada, apenas aqueles produtores que investiram na produção e possuem sistema de irrigação complementar ou de salvamento.

Em junho, o meio ambiente e a ecologia são celebrados durante todo o mês, embora tenha-se o dia 5 como a sua data oficial anual. Assim, nada como dar destaque, com matérias pertinentes, a tais temas. O Instituto Nacional de Embalagens Vazias (inpEV), em parceira com importantes entidades do estado de Paraná, apresenta a iniciativa para viabilizar a devolução de 1.200 toneladas de BHC. Por sua vez, a boa prática da integração entre lavoura, pecuária e floresta representa a terceira grande revolução da agricultura, depois da conquista do Cerrado e do sistema de plantio direto na palha. Além do compromisso público assumido por empresas do agronegócio de desmatamento zero, como a obtenção de certificações avançadas, como a ISO 9001 e 14001 e a OHSAS 18001, dentre outras. ■

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas.
Conselho editorial: Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ivan Wedekin, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro
Redação
Redator: Paulo Roque
Capa: Maria João Pessoa Macedo
Arte: Alexandre Monteiro
Revisão: Alexandre Sobreiro
Fotos: iStockphoto e Stock.xchng
Secretaria e administração: Viviane de Carvalho
Produção editorial – coordenador: Evandro Jacóia Faulin
Publicidade/Contato Comercial: Viviane de Carvalho - Tel.: (11) 3799-4104, e-mail: viviane.carvalho@fgv.br
Circulação/assinaturas: Evandro Jacóia Faulin e Viviane de Carvalho
Outros Estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3799-4104, Fax: (11) 3262-3569, e-mail: contato@agroanalysis.com.br
Ponto de venda: São Paulo: Av. Paulista, 1.294, 15º andar, Tel.: (11) 3799-4104, Fax: (11) 3262-3569
www.fgv.br/agroanalysis

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.
Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Conselho Diretor
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto
Conselho Curador
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos), Ary Oswaldo Mattos Filho, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Eduardo M. Krieger, Estado do Rio Grande do Sul, Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), Leonardo André Paixão (IRB-Brasil Resseguros S.A), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior
Suplentes: Aldo Floris, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Ildefonso Simões Lopes (Brookfield Brasil Ltda), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Roberto Castello Branco (VALE S.A.), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A), Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.), Victório Carlos De Marchi
Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor Executivo da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca
Diretor da FGV-EAESP: Maria Tereza Leme Fleury

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio





Abre Aspas
6 Eduardo Assad

9 Macroeconomia
10 Agrodrops
12 Frases e comentários

Mercado & Negócios
13 O fim da era dos excessos
15 Setor leiteiro
18 Índia
21 Açúcar e etanol
22 África
24 Agronegócio brasileiro
25 Organização Mundial do Comércio
26 Cadeia do óleo de palma

Política Agrícola
29 EUA

Gestão
30 Logística
32 Segurança no trabalho

Especial inpEV
35 Iniciativa pioneira elimina agrotóxicos obsoletos dos campos paranaenses

Especial ANDEF
41 Agroquímicos

Especial Sistema OCB
42 OCB divulga prévia do panorama do cooperativismo brasileiro em 2012

44 Diário de bordo
45 Produzir
46 Opinião

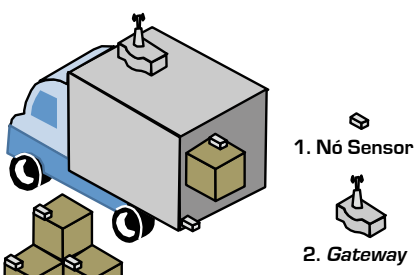
47 Serviço ao agronegócio

Mercado & Negócios



15 Setor leiteiro

Gestão



30 Logística

Especial inpEV



35 Iniciativa pioneira elimina agrotóxicos obsoletos dos campos paranaenses

Eduardo Assad
Pesquisador da Embrapa Informática

Os desafios do Programa ABC

Por Paulo Roque

MEMBRO DO comitê científico do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas e ex-secretário de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, Assad coordenou o estudo *Agricultura de Baixa Emissão de Carbono: a evolução de um novo paradigma*, uma realização do recém-lançado Observatório ABC pelo GVAgro, da Fundação Getulio Vargas, que visa monitorar a implementação do Plano ABC (Agricultura de Baixo Carbono) e promover esforços envolvendo diferentes setores da sociedade na transição do Brasil para uma economia de baixo carbono. Segundo o estudo, caso não haja um esforço para aumentar a adesão de produtores e o número de contratos do Programa ABC (linha de crédito do Plano ABC), o País pode ter dificuldades em atingir a meta de redução das emissões de gases do efeito estufa do setor agropecuário até 2020, assumida por meio de acordo firmado na COP-15 (Conferência das Partes sobre o Clima), realizada em 2009, em Copenhague.

AGROANALYSIS Qual o objetivo deste estudo?

EDUARDO ASSAD É fazer uma primeira avaliação da situação do Plano ABC (Plano de Agricultura de Baixa Emissão Carbono), após três anos de existência. Estamos tentando identificar quais são os principais gargalos, onde está indo bem ou mal, o que é preciso ser feito e, a partir daí, apresentar sugestões ao Governo para podermos deslanchá-lo. A ideia é essa.

AGROANALYSIS E de onde essa ideia surgiu?

EA A partir do momento em que a FGV criou o Observatório do ABC. Preocupada com as questões do aquecimento global, a FGV, no passado, já havia criado o Observatório do Clima e, agora, pelo GVAgro, criou o Observatório do Plano ABC. O Plano ABC é um dos dez planos setoriais da Política Nacional sobre Mudança do Clima, e o Observatório do ABC vai acompanhar suas ações e verificar se ele está atingindo suas metas.

AGROANALYSIS Quem são os financiadores desse projeto?

EA É a Aliança pelo Clima e Uso da Terra (CLUA, sigla em inglês de Climat and Land Use Alliance), que pediu três estudos à FGV: primeiramente, ver quais são os principais *back holders* e como está tudo funcionando, e estamos lançando o Observatório ABC; o segundo estudo visa verificar a sua efetividade, se o Plano e o Programa estão bem enquadrados, se é uma coisa conhecida, enfim se está tendo essa capilaridade necessária; e o terceiro visa verificar se as ações, principalmente os contratos, estão indo bem ou não, se está tudo de acordo com o que o Governo está fazendo, se o que foi prometido está sendo executado.

AGROANALYSIS O Programa iLPF (Integração Lavoura-Pecuária-Floresta) é de 2011. Já dá para tirar alguma conclusão?

EA Pouca. Antes, é bom lembrar que o Programa iLPF acabou de ser transformado em lei, um decreto criando o iLPF



DIVULGAÇÃO

> “É preciso melhorar e reduzir a burocracia e ampliar a capilaridade do Plano.”

como uma forma de ação de sustentabilidade na agricultura brasileira e, com isso, recebendo alguns benefícios fiscais. Na verdade, em 2010, o iLPF já fazia parte de um dos itens do Plano ABC. Em 2009, por ocasião da COP-15, quando o presidente da República assumiu, em Copenhague, compromissos voluntários sobre de redução de emissão, um destes compromissos dizia respeito à agricultura. E, na agricultura, havia quatro itens: integração lavoura-pecuária, que é o iLPF, melhoramento das pastagens ou recuperação de pastos degradados, plantio direto e fixação biológica de nitrogênio. Posteriormente, foram introduzidos florestas e aproveitamento de dejetos animais.

Agroanalysis E já dá para tirar alguma conclusão sobre estes compromissos relacionados ao Plano ABC?

EA Em 2010, o Plano não teve execução nenhuma, zero; em 2011, começou a pegar velocidade, com R$ 400 milhões executados; em 2012/2013 chegou até o último mês de janeiro a R$ 1,8 bilhão. Começou com R$ 2 bilhões disponibilizados, em 2010; depois, passou para R$ 3,15 bilhões, em 2011; e, em 2012/2013, a R$ 3,4 bilhões. Ainda não conseguimos executar esse dinheiro todo e aproximadamente R$ 2 bilhões ainda estão disponíveis no BNDES. O dinheiro destinado ao Banco do Brasil foi praticamente todo executado, mas o que está no BNDES ainda não, cerca de R$ 100 milhões e pouco. Então, há necessidade de rever a posição deste operador. O BNDES é um banco muito bom para grandes negócios, mas, quando se trabalha com agricultura, a média de financiamento que observamos é em torno de R$ 300 mil a R$ 400 mil, nível pequeno e caro para ele financiar. O BNDES deve repassar estes recursos para outros bancos que tenham capilaridade para que cheguem ao agricultor; caso contrário, vamos ficar patinando.

Agora, o lado ruim da história é que, até o momento – meses de março a maio, atualizando para hoje (dia 14 de maio) –, chegamos a mais ou menos a 6 mil contratos. Para poder atingir a meta até 2020, estimamos a necessidade, só em recuperação de pastagens, de 70 mil contratos. Foram feitos 220 projetos em integração lavoura-pecuária – estamos falando em 4 milhões de hectares de integração lavoura-pecuária. Temos que acelerar esse procedimento ou teremos dificuldades em cumprir essas metas. Do ponto de vista técnico, se isso for feito, não só cumprimos as metas, como ultrapassamos o limite que foi colocado em Copenhague em duas ou três vezes. É preciso melhorar e reduzir a burocracia e ampliar a capilaridade do Plano. Temos que atingir os municípios que precisam realmente desses recursos. Temos que identificar as áreas que estão com pastos degradados, ir lá e financiar. Temos que fomentar a integração lavoura-pecuária.

> “Estamos mudando o paradigma: a proposta é deixar de financiar itens (...) e financiar sistemas de produção”

Agroanalysis Qual foi o motivo da baixa adesão dos nortistas e nordestinos?

EA É isso que estamos tentando entender. O perfil do produtor na região Nordeste está muito ligado à agricultura familiar e, aí, há o Pronaf, com juro de 1%; o juro do Programa ABC é de 5%, então não é atrativo. No Centro-Oeste, por exemplo, existe o Fundo Centro-Oeste, um fundo constitucional e os juros são de 3%. É preciso discutir uma equalização disso para que o Programa ABC deslanche, para que seja atrativo, e, ao mesmo tempo, buscar outras tecnologias mais adaptadas às regiões.

Agroanalysis Pode-se dizer que está havendo uma falta de comunicação com o produtor rural?

EA Esse foi o principal problema detectado – e é a principal necessidade – quando o Plano foi feito. Há uma necessidade muito forte de comunicação e transferência de tecnologia. O Plano ABC ainda é pouco conhecido. Entender a iLPF não é fácil. Por exemplo, o plantio direto vai por si só. Depois que fizemos o Plano ABC, previmos que a área com plantio direto sairia dos 27 milhões de hectares para 33 milhões de hectares, e, hoje, já são 31 milhões de hectares. Agora, vem a fixação biológica de nitrogênio, cujo alvo principal é a soja, porém pedimos cinco anos de prazo para ampliarmos a pesquisa às gramíneas, feijão, milho. A Embrapa tem condições de soltar novas bactérias fixadoras de nitrogênio, mas precisa de mais um tempo e mais investimentos em pesquisa. Vamos começar a monitorar a fixação biológica a partir de 2015 e, até lá, esperamos que novos produtos já estejam na praça.

Agroanalysis Como deve ser feita a comunicação entre pesquisa, indústria e campo?

EA É preciso chamar o setor privado para os comitês gestores do Plano ABC, inclusive para ajudar a monitorar quanto a incentivos. A CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), por exemplo, tem um papel fundamental, porque, além dos sindicatos espalhados pelo Brasil inteiro, a entidade possui uma grande facilidade de comunicação. Nesse contexto, também se enquadram o Ministério da Agricultura e a Federação Brasileira de Plantio Direto na Palha, que tem setenta e tantos associados. É um pacto e é um novo paradigma. É a sociedade que, atuando com essas tecnologias propostas, vai fazer com que a agricultura brasileira preste um grande serviço ambiental para o planeta.

A sociedade não conhece o Plano. Tem

que haver maior difusão. Temos 2 mil sindicatos e mais de 800 cooperativas de leite, de grãos e de carne que têm aderência forte ao Plano. Temos 4 mil e poucos escritórios das Emater, que precisam conhecê-lo, e mais de 400 universidades despreparadas para ajudar na sua difusão. Esse povo tem que entrar no jogo.

Agroanalysis Até 2020?

EA Não, até 2014. Estamos mudando o paradigma: a proposta é deixar de financiar itens – por exemplo, lavoura de soja, lavoura de milho, lavoura de trigo – e financiar sistemas de produção. A fazenda vai ser produtiva o ano inteiro. Isso muda um pouco as regras de financiamento, porque o banco está acostumado a financiar item por item; agora, vai ter que financiar o sistema inteiro. Não é uma coisa de entendimento trivial para quem está há trinta, quarenta anos financiando por item.

Agroanalysis Como o produtor rural passará a apresentar seu projeto para conseguir o financiamento?

EA Esse é outro desafio. Temos que ensinar as empresas de planejamento a fazer os projetos vinculados ao Plano ABC, segundo o que está na lei. A adesão é espontânea, cabe aos atores governamentais fomentar a adesão a essa lei. E isso significa esse grande pacto com a sociedade; caso contrário, não vamos conseguir. Refiro-me à sociedade como um todo, porque o problema é planetário. As soluções são locais, mas o problema mundial. A sociedade, principalmente a urbana, precisa saber que a agricultura brasileira é um dos poucos setores da economia que, num curto espaço de tempo, tem meios de sair da condição de emissora de gás do efeito estufa para sequestradora de carbono.

Temos nas mãos o maior plano em termos de escala e financiamento de redução de gases do efeito estufa do mundo: 15 milhões de hectares de pastos, 4 milhões de hectares de integração lavoura-pecuária, 5 milhões de hectares de fixação biológica de nitrogênio. E poucos são os países que têm um povo como o nosso, com predisposição às mudanças. Há trinta anos, saímos de uma agricultura muito ruim para ser o *player* mundial em termos de produção agrícola. Os outros países levaram duzentos anos.

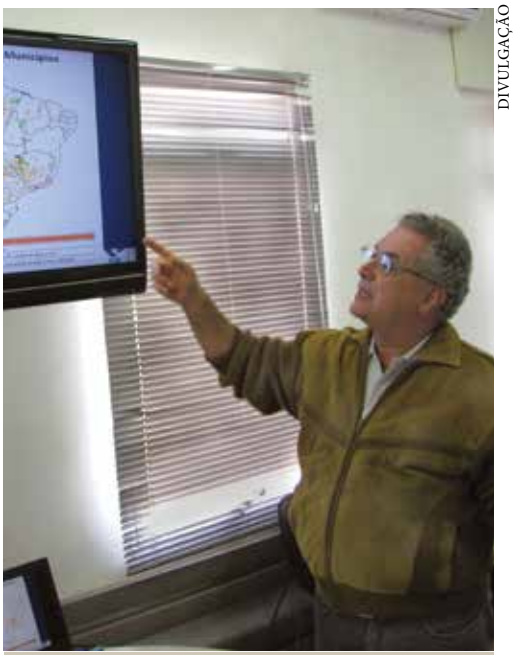
Agroanalysis Para atingir as metas, serão necessárias mudanças no Plano?

EA Precisamos de recursos e treinamentos. Não chamaria de mudança, mas adequação. A maioria dos estados tem plano de mudanças do clima: dos vinte e seis existentes no Brasil, seis têm aderência ao Plano ABC. Os outros que façam a adequação de sua política de mudança do clima e que incluam a agricultura e o Plano ABC. O segundo ponto é que os recursos que foram estabelecidos no Plano devem chegar para que possamos fazer esse treinamento, essa disseminação em 5 mil municípios. Se conseguirmos isso, mudamos a cara do Brasil em termos de agricultura. É um serviço ambiental. Vai ser difícil não certificar os produtos agrícolas brasileiros.

O Ministério da Agricultura criou os diversos Comitês Estaduais, mas, quando analisamos os vinte e seis estados e os contratos que surgiram, percebemos lentidão. São 6 mil contratos, é muito pouco. Estamos falando de um universo de 2 milhões de agricultores. É preciso acelerar a extensão rural e treinar essas pessoas para que saibam fazer os projetos e que o agricultor saiba usá-los.

Agroanalysis Como os outros países veem esse projeto?

EA Com apreensão. Como um país em desenvolvimento como Brasil vai a Copenhague e propõe reduzir emissão voluntariamente, enquanto os Estados Unidos não assinaram Kyoto? No início, pensou-se que fosse bravata, mas não é, porque virou lei; depois, começamos a apresentar metodologias e tecnologias que são absolutamente viáveis. A França chamou-nos para saber como conseguimos juntar ciência e tecnologia com política pública. Nós saímos dos gabinetes e dos laboratórios, fomos aos ministros e apresentamos a solução do problema. Existe uma sinergia muito grande, nessas ações de soluções de aquecimento global, entre ciência e tecnologia e políticas públicas. O que falta é mais investimento. Em termos de escala, é um dos poucos países que, num determinado momento, vai botar na mesa o seguinte: "Tenho tantos bilhões de toneladas de carbono. Quer fazer compensação? Você emitiu, eu estou sequestrando. Vamos compensar? Isso tem um preço.". Esse é o futuro. ■



DIVULGAÇÃO

> "Temos nas mãos o maior plano em termos de escala e financiamento de redução de gases do efeito estufa do mundo..."

Macroeconomia

Revendo a política monetária

Rogério Mori*

O BANCO Central (BC), aparentemente, começa a despertar lentamente para a dura realidade dos fatos do quadro inflacionário brasileiro e para os potenciais danos que podem ocorrer mais adiante. A inflação brasileira, sob essa perspectiva, situa-se, resistentemente, há algum tempo, em torno dos 6,5% no acumulado do IPCA em doze meses. Isso, aparentemente, afeta de forma gradual as expectativas de inflação no Brasil, elevando-as. Tudo indica que o quadro de inflação alta e transitória foi completamente abandonado por parte do Governo, dando lugar a uma crescente preocupação em termos do comportamento da dinâmica inflacionária no País.

Claramente, o Banco Central está atrasado no processo de elevação da taxa de juros brasileira. A ênfase exagerada em um quadro equivocado no que se refere à inflação situa-se por trás desse atraso. Os temores exagerados de abortar o ciclo de retomada da economia brasileira levaram o BC a manter baixa a taxa de juros. Simultaneamente, outras áreas econômicas do Governo praticavam uma política fiscal expansionista, com aumentos de gastos e isenções em várias áreas. O resultado desse processo refletiu-se sobre pressões em termos de demanda agregada no Brasil, o que levou a uma alta significativa do emprego em vários setores.

Dado o fato de que nossa moeda encontra-se significativamente apreciada em termos reais, as pressões transmitiram-se para o setor de bens não comercializáveis com o exterior e para os importados. Esse fenômeno tem levado a uma piora recorrente do saldo comercial do Brasil nos últimos meses. Nesse ambiente, a indústria nacional perde espaço e expulsa mão de obra, que é absorvida pelos demais setores que não sofrem concorrência externa e se encontram relativamente em melhor situação. A partir disso, a produtividade média brasileira cai e o crescimento econômico brasileiro é baixo, mesmo se considerado o emprego em alta ao longo dos últimos trimestres.

Em face desses elementos, o BC havia se fundamentado, inicialmente, em um aperto monetário relativamente fraco, aguardando uma acomodação da inflação em patamar mais baixo mais adiante.

Tudo indica que esse quadro mudou, e os sinais mais recentes do Banco Central apontam que o aperto monetário pode ser potencialmente maior do que se imaginava inicialmente. Por conta disso, economistas começam a rever para cima suas projeções em torno da taxa de juros brasileira para o fim do ano.

O processo de combate à inflação com um aperto monetário mais intenso, no entanto, impõe novos desafios ao Banco Central no curto e médio prazos.

Possivelmente, o maior desafio nesse processo remonte à questão da taxa de câmbio. Nesse contexto, a moeda brasileira encontra-se excessivamente apreciada em termos reais neste momento, o que reduz substancialmente a competitividade da produção nacional, particularmente da indústria. Nessa lógica, o aperto da política monetária aumenta o diferencial de juros praticados domesticamente relativamente aos juros praticados no resto do mundo, aumentando a atratividade de recursos externos para o Brasil. Se, de fato, isso se materializar, é possível que nossa moeda venha a se apreciar mais em termos reais relativamente às demais moedas, piorando ainda mais a situação da competitividade doméstica.

Outro ponto relevante na questão da alta dos juros remete à questão fiscal. O Governo, nesse sentido, tem trabalhado com uma política fiscal relativamente expansionista nos últimos trimestres, com foco em reativar a economia brasileira. A consequência disso foi uma diminuição considerável do resultado primário do setor público relativamente ao que se verificava no passado. Logicamente, a elevação da taxa de juros, caso seja mais intensa do que o esperado inicialmente, provocará um incremento nas despesas de juros incidentes sobre a dívida pública, o que tende a elevar o déficit nominal do setor público e gerar impactos nada positivos sobre a relação dívida pública/PIB.

Em outras palavras, a alta dos juros pode resolver o problema inflacionário brasileiro, mas pode agravar o quadro econômico em outras dimensões. ■

*Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV/EESP)

Por Paulo Roque
Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: psroque@uol.com.br

AGRISHOW BATE NOVOS RECORDES

A 20ª Agrishow, realizada em Ribeirão Preto, no período de 29 de abril a 3 de maio, movimentou R$ 2,60 bilhões em negócios, um crescimento de 16% em relação à edição anterior, quando movimentou R$ 2,15 bilhões. Durante cinco dias, cerca de 150 mil pessoas visitaram a feira, entre elas produtores rurais e empresários de sessenta e sete países, um número recorde. Destaque para o setor de armazenagem, impulsionado pela safra recorde de grãos de 184 milhões de toneladas; para o chamado apagão logístico, que vem dificultando seu escoamento; para a agricultura de precisão; para pulverizadores autopropelidos; e para plantadeiras.


OFÍCIO DA IMAGEM / DIVULGAÇÃO

BRASIL VAI COLHER 184,15 MILHÕES DE TONELADAS DE GRÃOS

A Conab divulgou os resultados do oitavo levantamento da produção nacional de grãos do período 2012/2013. A estimativa é de 184,15 milhões de toneladas, 10,8% superior à da safra 2011/12, quando se atingiu 166,17 milhões de toneladas. O destaque é a soja, com um crescimento de 22,8% sobre as 66,38 milhões de toneladas da última safra e uma produção estimada em 81,53 milhões de toneladas. Também o milho 2ª safra tem bom desempenho, com aumento de 10,4% sobre as 39,11 milhões de toneladas do último ano, chegando a 43,19 milhões de toneladas. O arroz é outro grão que obteve crescimento (3%), ao passar das 11,6 milhões de toneladas para 11,95 milhões de toneladas.

DEFENSIVOS E FERTILIZANTES CHINESES

Segundo o Agronews, dezenas de grandes empresas de pesticidas chinesas, incluindo Qingdao Hailir, Greenland Chem, Tianda, Hansen, Qiaochang, Lukang, Yucheng, Jingbo e Kesai-Jinong, mudaram-se para a indústria de fertilizantes para a produção de novos biofertilizantes orgânicos, outros de liberação lenta, fórmulas fertilizantes, foliares, solúveis em água e adubos. Especialistas do setor acreditam que, enquanto o mercado saturado de pesticidas chinês enfrenta a concorrência de produtores internacionais, as empresas locais estão à procura de um novo mercado para compensar sua falta de competitividade em pesticidas inovadores.

BRASIL E ARGENTINA NEGOCIAM TRANSGENIA COM A CHINA

Brasil e Argentina pediram ao governo chinês aprovação da comercialização de novos tipos de sementes geneticamente modificadas, principalmente de soja, já liberadas pelas legislações dos dois países sul-americanos, mas que ainda estão pendentes na China.

A EMBRAPA NA AGRISHOW

Ao comemorar quarenta anos de história, a Embrapa teve a sua maior participação na Agrishow, com quinze unidades e mais de cem pessoas entre técnicos e pesquisadores. A Embrapa esteve presente em três espaços: estande do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), na Agrishow Sustentável (com o Portal África) e no Núcleo de Tecnologia, na área de demonstrações de campo, onde foram mostradas oitenta tecnologias, com destaque para os arranjos de sistemas de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF).

GOVERNO INVESTE EM ARMAZENAGEM


SXC.HU

Para duplicar a rede de armazéns públicos operados pela Conab, o Governo pretende investir R$ 730 milhões. O anúncio será feito durante o lançamento do Plano Safra 2013/14, no início de junho. O projeto, divulgado pelo jornal Valor Econômico, prevê a construção de vinte e um grandes silos nas principais regiões produtoras de grãos e em portos do País, o que elevará a capacidade nacional de armazenagem a 4 milhões de toneladas – hoje, há espaço para 2,2 milhões de toneladas nos galpões oficiais.

O CAFÉ NO MUNDO

Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC), o café é um dos produtos básicos que mais se negocia no mundo todo, sendo produzido em mais de sessenta países, proporcionando o sustento para mais de 125 milhões de pessoas e sendo particularmente importante para os pequenos cafeicultores, que são os responsáveis pela maior parte da produção. De acordo com a Organização Internacional do Café (OIC), entre os consumidores, o café é uma bebida universalmente popular: mais de 600 bilhões de xícaras são consumidas todos os anos.

GENE RESISTENTE À SECA

A Embrapa Café participou de reunião no Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara dos Deputados, em Brasília, quando foi discutida a utilização do gene de café resistente à seca em culturas como a cana-de-açúcar, soja, arroz, trigo, feijão e algodão. O gene do café está sendo testado em casas de vegetação nestas plantas de interesse agronômico e, depois dessa fase, passarão pelo teste de campo. De acordo com o gerente-geral da Embrapa Café, Gabriel Bartholo, foi a partir do projeto – que traçou o genoma do café, desenvolvido pela Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia e pela Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP) – que a pesquisa realizada em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) identificou o gene (CAHB12), presente no café Arábica e altamente tolerante à seca.

NOVA EMPRESA EXPORTADORA DE CAFÉ

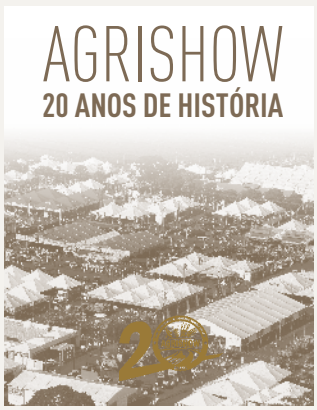
O Grupo Montesanto Tavares e a Itochu Corporation, uma das maiores *tradings* japonesas, assinaram contrato para a criação de uma nova empresa exportadora de cafés, a CAFEBRÁS – Cafés do Brasil S/A, com sede em Patrocínio (MG). Na mira da nova empresa, estão países asiáticos como o Japão, China, Taiwan, Indonésia e Vietnã, que, hoje, apresentam altas taxas de crescimento de consumo de café. A ideia é que a parceria possibilite a promoção das origens produtoras brasileiras e proporcione a interação entre indústria e produção.

PARA O URBANO ENTENDER A AGRICULTURA

Um livro que mostra o agro no seu conjunto, na sua diversidade, de forma técnica e atraente, principalmente dirigido ao público urbano. De autoria do pesquisador da Embrapa, Evaristo Eduardo de Miranda, e lançado pela Metalivros, "Agricultura no Brasil do Século XXI" leva o leitor a entender o setor que levou o País a ser considerado o futuro "celeiro do mundo". Segundo o autor, "para ser este celeiro, não basta produzir safras recordes de grãos. É preciso muito empenho, tecnologia e produtividade. É essencial entender-se como se produz no Brasil e compreender a enorme evolução da tecnologia agrícola nacional graças à inovação e ao empreendedorismo dos agricultores e de suas organizações".

Evaristo de Miranda destaca, ainda, que o livro busca mostrar como a agricultura brasileira está presente no cotidiano das cidades, desde os pneus dos automóveis abastecidos com etanol até o papel dos livros e impressoras, passando pelo vestuário, pelos móveis e utensílios domésticos, pelos medicamentos e, é claro, pelos alimentos consumidos. Uma das razões desse enfoque reside no fato de que as áreas urbanas imaginam a agricultura brasileira como algo distante.

LIVRO CONTA A HISTÓRIA DA AGRISHOW



A partir da primeira edição da Agrishow, em 1994, pode-se dizer que houve uma mudança no perfil das feiras dirigidas ao setor produtivo do campo. Além de servir de modelo para eventos semelhantes, a Agrishow, hoje, é considerada a maior do gênero da América Latina e está entre as três grandes do mundo. A feira tem sido o principal instrumento de estímulo e palco de divulgação dos avanços tecnológicos que propiciaram o grande salto da produtividade agrícola do País. Para mostrar sua importância para o agronegócio nacional, a ABAG (Associação Brasileira de Agronegócios), a ABIMAQ (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos), a ANDA (Associação Nacional para Difusão de Adubos) e a SRB (Sociedade Rural Brasileira) lançaram o livro "Agrishow - 20 anos de história". O livro tem como autores Paulo Roque, Ricardo Torrico, André Casagrande e Alf Ribeiro (editor de fotografia).

"Estimamos que 30% dos negócios na Agrishow foram feitos com recursos próprios e 70%, por meio de financiamentos."

FRANCISCO MATURRO, vice-presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

"Nós temos de fazer assistência técnica e extensão rural de forma obsessiva."

PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF, ao anunciar a criação da Agência de Extensão Rural, em discurso na solenidade de abertura da Expozebu 2013, em Uberaba (MG)

"De nada adianta ficar falando para criadores. Quem precisa conhecer a carne brasileira, o boi de capim, suas vantagens e qualidades é o público consumidor."

CARLOS VIACAVA, pecuarista e atual presidente da Associação Nacional dos Criadores e Pesquisadores (ANCP), em entrevista ao BeefPoint

"O Brasil vive o desafio da logística. Não falo apenas de ferrovias e rodovias, mas também de estradas vicinais, onde está localizada boa parte das propriedades."

PEPE VARGAS, ministro de Desenvolvimento Agrário (MDA), durante a cerimônia de abertura da Agrishow 2013, em Ribeirão Preto (SP)



OFÍCIO DA IMAGEM / DIVULGAÇÃO AGRISHOW

"Em meio a um cenário de preocupação macroeconômica, a agricultura, mais uma vez, faz a diferença no País. Se existe um orgulho justo, a Agrishow representa isso."

GERALDO ALCKMIN, governador de São Paulo, ao ser homenageado durante a Agrishow 2013

"A integração lavoura-pecuária é a saída. A própria pesquisa da Embrapa ainda tem muito a aprender. No momento em que isso estiver dominando de forma massiva, o desenvolvimento da pecuária de corte será enorme."

JOAL BRAZALLE LEAL, ex-chefe da Embrapa Pecuária Sul e atual presidente do Conselho Técnico da Associação Nacional de Criadores – Herd-Book Collares, em entrevista ao BeefPoint

"É uma profissão de grande importância social e econômica, porque o nosso trabalho proporciona o desenvolvimento de todo o setor do agronegócio."

ANA CLÁUDIA AMBIEL, presidente da Comissão Nacional de Ensino da Zootecnia (CNEZ) do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV)

"Nossa meta é tornar o Soja Plus o maior programa de gestão de propriedade rural do País, preparando o produtor para atender as demandas de forma mais sustentável do ponto de vista econômico, social e ambiental."

BERNARDO PIRES, gerente de sustentabilidade da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE)

"Os caminhos da avicultura devem voltar-se para o aumento de produtos industrializados, com mais tecnologia envolvida no processo. Dessa forma, aumentamos o já elevado número de empregos gerados pelo setor, aumentamos nossa receita e beneficiamos não apenas as agroindústrias de aves e ovos, mas também toda a cadeia fornecedora."

FRANCISCO TURRA, presidente da União Brasileira de Avicultura (UBABEF)

O fim da era dos excessos

Temporário não é permanente

Felippe Serigati*

A DÉCADA passada foi um período de forte crescimento econômico para quase todos os países. Na época, houve uma combinação incomum de fatores que favoreceu a expansão econômica mundial. Todavia, há tempos, esse quadro não existe mais. Diversos países têm realizado reformas para se ajustar à nova realidade. O Brasil ainda não começou o seu ajuste, apesar de a economia já dar sinais claros de que o modelo de crescimento atual não é mais sustentável. Além disso, quanto mais tempo demorar, mais custoso será o processo de readequação às novas condições da economia mundial. Assim como a economia brasileira, o setor agro também precisa estar atento e não cometer o equívoco de assumir como permanente uma conjuntura que é temporária.

A nova conjuntura

A conjuntura favorável da década passada não existe mais. A crise de 2008 foi o grande marco a indicar que o modelo de crescimento adotado até então tinha se esgotado. Estados Unidos e União Europeia, por estarem no centro do furacão, tiveram que iniciar o processo de ajuste de forma compulsória. As famílias e o setor privado tiveram que reduzir seu consumo e buscar alternativas para diminuir seu nível de endividamento. Em casos extremos, como no setor financeiro, o setor público teve que assumir parte significativa dessas dívidas, comprometendo gravemente e por um longo período o seu equilíbrio fiscal. Atualmente, junto às altas taxas de desemprego, esse é o principal problema destes países.

Nos Estados Unidos, o processo de ajuste foi mais intenso. O governo reduziu ainda mais as taxas de juros, injetou dinheiro nos bancos, adquiriu títulos financeiros e hipotecas sem valor de mercado e aumentou os gastos públicos via investimentos e serviços sociais. Além disso, também promoveu reformas estruturais no setor energético, na política comercial e externa. Como resultado, por um lado, o déficit público norte-americano alcançou cifras inimagináveis; por outro, a economia já tem dado sinais claros de melhoras, apesar da resistência do desemprego.

A era dos excessos

Entre 2003 e 2007, o mundo cresceu 4,8% a.a., em média. Nos cinco anos seguintes, entre 2008 e 2013, este crescimento médio desacelerou para 2,9% a.a. A expansão da década passada foi possível devido à combinação entre:

- longo período de baixas taxas de juros, principalmente dos Fed Funds (taxa básica da economia norte-americana);
- crédito farto e barato nos mercados internacionais, resultado da desregulamentação das atividades bancárias e financeiras em um ambiente de baixas taxas de juros;
- expansão do consumo no mercado doméstico dos principais países desenvolvidos;
- emergência da China, uma economia gigantesca que buscou atender parte do consumo dos países desenvolvidos e, consequentemente, gerou forte demanda por insumos agrícolas, minerais e industriais; e
- amplos saldos comerciais em diversas economias emergentes; entre elas, a brasileira.

Praticamente todos os países aproveitaram essa conjuntura favorável e puderam cometer diversos excessos:

- os Estados Unidos renovaram o fôlego do seu mercado consumidor via endividamento das famílias, do setor privado e, também, do próprio governo;
- a União Europeia aproveitou os ventos favoráveis para prosseguir com a implantação do euro; dentro desse processo, diversos países da periferia puderam ampliar seu padrão de consumo, enquanto os países do norte acumulavam saldos comerciais exportando para seus parceiros do sul;
- a China investiu e ampliou seu parque industrial para atender parte do consumo aquecido nos países centrais;
- o Brasil aproveitou esse crescimento para acumular reservas, dinamizar sua economia (principalmente no interior do País), distribuir renda e ampliar seu mercado doméstico, criando a chamada nova classe média.

Como se ajustar à nova realidade

Assim como Estados Unidos, União Europeia e China, o Brasil também precisa adequar-se à nova conjuntura. A lógica deste ajuste deverá seguir o padrão observado nos demais países: reduzir o crescimento do consumo e acelerar os investimentos. Para tanto, diversas reformas são necessárias. Enquanto algumas podem ser classificadas como improváveis, como a reforma tributária ou acordos comerciais com outros países ou blocos; outras são mais fáceis de ser adotadas:

• emitir sinais claros de que haverá um esforço mais contundente para controlar a inflação, mesmo que isso implique, no curto prazo, um crescimento ainda menor e até maior desemprego;

• conter a expansão dos gastos públicos, de forma que não cresçam a uma velocidade acima da arrecadação;

• permitir que o setor privado tenha uma participação maior nos investimentos para as áreas de infraestrutura; em outras palavras, não ter medo de promover privatizações ou concessões;

• todavia, para que estas gerem resultados positivos, é necessário fortalecer as agências regulatórias, dando-lhes maior autonomia, para que possam monitorar o cumprimento das regras por parte dos agentes privados;

• por fim, como a Petrobras atua em um setor com grande efeito multiplicador sobre a economia brasileira, é necessário flexibilizar as regras para que ela possa realizar seus investimentos, mesmo que isso implique reajustar os preços dos seus produtos ou buscar fornecedores estrangeiros.

Do outro lado do Atlântico, a União Europeia tem encontrado maiores dificuldades para fazer seus ajustes. Além de ter uma economia com regras mais rígidas, notadamente no mercado de trabalho, a governança na União Europeia é bem mais complicada; parte dos processos decisórios ocorre dentro de uma entidade supranacional, implicando uma série de negociações antes que qualquer decisão mais contundente seja tomada. Com isso, as reformas necessárias levam mais tempo para ser adotadas e só são realmente efetivadas quando a gravidade dos problemas torna-se praticamente insuportável.

Atualmente, a China é a grande locomotiva do crescimento econômico mundial. Porém, mesmo este gigante está em meio a um processo de ajuste. Enquanto, na década passada, a China cresceu fortemente apoiada na expansão dos seus investimentos para atender o mercado internacional, nos últimos dois anos, como o setor externo não tem apresentado o mesmo dinamismo, é o consumo das famílias que terá que assumir a função de liderar o crescimento chinês. Todavia, fazer essa transição de uma economia puxada por investimentos para uma liderada pelo consumo não é um processo fácil, nem breve. Apesar das dificuldades, a boa notícia é que a China já deu início a este processo.

E o Brasil?

Infelizmente, o mesmo não pode ser dito sobre o Brasil. Até 2008, o setor externo e o consumo do mercado interno foram os dois principais fatores a puxar a economia nacional. Após a crise, o setor externo perdeu força, e, para compensá-lo, o Governo adotou uma série de políticas para manter aquecido o consumo das famílias. Medidas como ampliação do gasto público, manutenção das políticas de transferência de renda, aumentos do salário mínimo acima da inflação e expansão da oferta de crédito, por um lado, garantiram um fôlego novo ao mercado consumidor brasileiro; por outro lado, aqueceram a inflação, pressionaram o equilíbrio das contas públicas e elevaram substancialmente os custos de produção nacionais.

Esses são sinais nítidos de que o modelo de crescimento adotado está saturado; não há mais um cenário externo favorável de forma a viabilizar a manutenção dessas políticas. O saldo da balança comercial brasileira tem se deteriorado bastante. As exportações estão crescendo a uma velocidade bastante inferior à das importações. O valor dos principais produtos da nossa pauta exportadora tem diminuído – com especial destaque para as *commodities* minerais. Além disso, a Argentina, que é um dos principais destinos dos produtos industriais brasileiros, está passando por sérios problemas econômicos.

Internamente, não há folgas no orçamento público para ampliar os programas de transferência de renda, para aumentar o quadro do funcionalismo público ou para reajustar seus rendimentos acima da inflação. Com a economia com baixo crescimento, é pouco provável que a arrecadação crescerá no mesmo ritmo observado nos últimos anos.

Os produtores agrícolas não ficarão de fora

Os produtores agrícolas brasileiros não precisam ficar preocupados no curto prazo. O ambiente com grande liquidez e baixas taxas de juros, que favorece a permanência dos preços agrícolas em patamares mais elevados, vai permanecer por mais algum tempo. É natural que haja uma tendência levemente declinante nestes preços, afinal a referência são os picos históricos de 2011.

Todavia, é prudente não assumir como permanente a conjuntura extremamente excepcional dos últimos quatro anos. Por exemplo, se o Fed (o Banco Central dos Estados Unidos) iniciar um movimento de elevação da sua taxa de juros (talvez em 2015?), haverá migração de parte dessa liquidez para ativos financeiros mais tradicionais, derrubando o preço das *commodities*. Embora isso seja tema para outro artigo, desde já é importante não assumir como permanentes situações favoráveis temporárias. ■

*Doutorando em Economia pela FGV/EESP e pesquisador do GV Agro (felippeserigati@gmail.com)

Setor leiteiro

2013 será um ano de recuperação

Rafael Ribeiro de Lima Filho[1]
Gustavo Adolpho Maranhão Aguiar[2]
Alcides Torres[3]

A DEMANDA por produtos lácteos no Brasil cresceu a uma taxa anual de 3% ao longo da última década. Cada brasileiro consome, em média, 170 litros de leite por ano, segundo a Embrapa. Esse incremento no consumo foi favorecido, principalmente, pelo aumento da renda da população e, também, pela diversificação do portfólio de produtos derivados do leite. Ou seja, cresceu a demanda por produtos de maior valor agregado, o que é favorável para o setor de laticínios.

O aumento da população urbana e as mudanças no ritmo de vida também impulsionaram o consumo de leite no Brasil. Contudo, mesmo com o crescimento dos últimos anos, o consumo *per capita* de leite ainda é baixo para atender as necessidades nutricionais da população. O Ministério da Saúde recomenda o consumo de 210 litros (média) por pessoa por ano. Existe, portanto, um déficit de consumo de pelo menos 40 litros por habitante.

Multiplicando esse volume por 200 milhões de pessoas (população aproximada do Brasil), temos um potencial de crescimento da demanda brasileira por leite da ordem de 8 bilhões de litros anualmente. Considerando o consumo atual, de 32 bilhões de litros de leite, estamos falando de uma demanda potencial de 40 bilhões de litros de leite no País, valor próximo ao que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) estima para a demanda brasileira por leite em 2021/2022.

Esse potencial de crescimento da cadeia leiteira é um fator positivo a ser vislumbrado por um setor que, desde a crise de 2008, vem buscando se reestruturar.

Consolidação do setor de laticínios no Brasil

Desde a crise mundial, em 2008, o setor de laticínios no Brasil passa por transformações. Os processos de aquisições e fusões resultaram na concentração das indústrias, da qual a LBR (Lácteos Brasil), resultante da fusão entre Parmalat, Leitbom e Bom Gosto, é um exemplo.

Recentemente, a Vigor Alimentos comprou 50% da mineira Itambé, buscando expandir a atuação em importantes mercados, como os de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Investimentos no setor também foram feitos, como, por exemplo, grandes laticínios entrando no segmento de leite longa vida, além da expansão de algumas cooperativas ao redor do País.

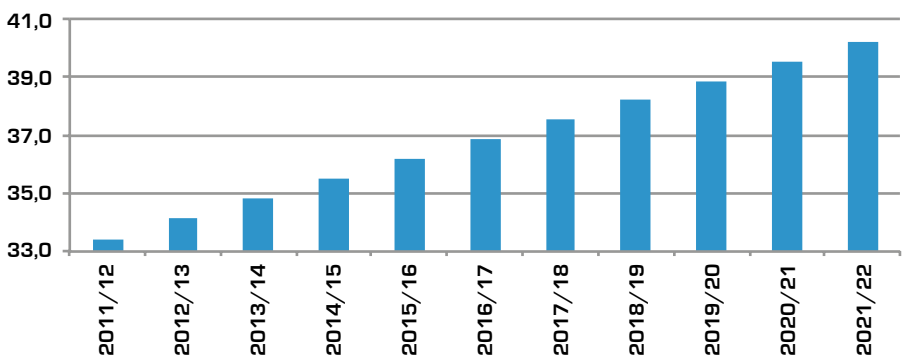
Em 2011 e 2012, o cenário não foi bom para os laticínios no Brasil.

Os elevados custos de produção na fazenda e a concorrência entre as indústrias elevaram o preço da matéria-prima. A situação agravou-se pelo fato dos laticínios não conseguirem repassar esses aumentos para o varejo, o que reduziu as margens de comercialização.

O mercado sentiu o impacto disso. Considerando os três maiores laticínios brasileiros pesquisados, em volume, a quantidade de leite captado em 2012 caiu em relação a 2011. Por outro lado, algumas indústrias aumentaram a captação e as suas participações neste mercado.

Essa classificação é divulgada anualmente pela Associação Leite Brasil, em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Confederação Brasileira de Cooperativas de Laticínios (CBCL), a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e a Embrapa Gado de Leite.

Brasil: Consumo de leite no Brasil (bilhões de l)



Fonte: MAPA

Cenário

O mercado de leite ganhou sustentação desde o final de 2012. A demanda no varejo está boa, e a oferta de leite para a indústria está diminuindo desde o pico de produção, registrado em dezembro de 2012. O período é de entressafra do leite.

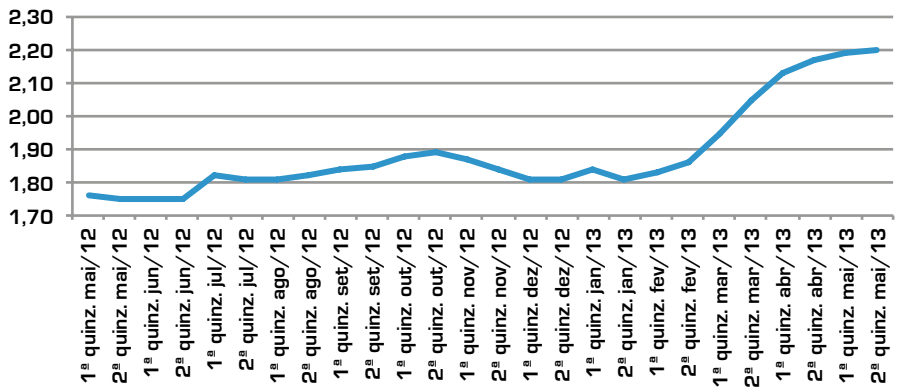
A concorrência na indústria fez com que o preço do leite ao produtor subisse. Porém, neste ano, diferentemente de 2012, os laticínios estão conseguindo

Laticínios brasileiros: Volume de leite captado (bilhões de l)

Posição	Empresas/Marcas	2011	2012	Variação
1ª	DPA*	2,125	1,959	-7,8%
2ª	LBR-Lácteos Brasil	1,683	1,577	-6,3%
3ª	Itambé	1,100	0,955	-13,2%
4ª	Italac	0,844	0,937	11,0%
5ª	Laticínios Bela Vista	0,494	0,635	28,4%
6ª	Embaré	0,421	0,469	11,4%
7ª	Cooperativas Castrolândia e Batavo**	0,329	0,429	30,5%
8ª	Danone	0,303	0,363	19,8%
9ª	Jussara	0,292	0,308	5,5%
10ª	CONFEPAR	0,219	0,266	21,6%
11ª	CENTROLEITE	0,272	0,246	-9,6%
12ª	Vigor	0,242	0,221	-8,9%
13ª	Frimesa	0,171	0,189	10,5%

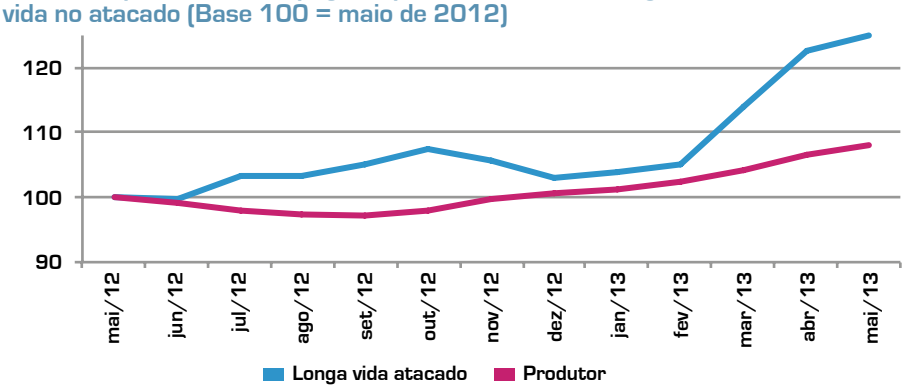
*Números referentes à compra de leite realizada pela DPA Manufacturing Brasil em nome da Nestlé, da Fonterra, da DPA Brasil, da DPA Nordeste e da Nestlé Waters. **As duas cooperativas exercem uma operação conjunta no segmento de lácteos.
Fonte: Leite Brasil

Preço médio do leite longa vida no atacado (média de São Paulo, Minas Gerais e Goiás, em R$/litro)



Fonte: Scot Consultoria

Índice dos preços do leite pago ao produtor e do leite longa vida no atacado (Base 100 = maio de 2012)



Fonte: Scot Consultoria

repassar esses aumentos para os preços no atacado, inclusive trabalhando com margens maiores.

No atacado, segundo levantamento da Scot Consultoria, o preço do leite longa vida subiu 21,5% desde janeiro. O produto está 25,7% mais caro na comparação com o mesmo período do ano passado.

Ainda em relação a maio de 2012, o preço médio da matéria-prima ou o preço do leite pago ao produtor subiu 7,9%. A margem dos laticínios aumentou.

Os preços de outros lácteos também subiram em relação ao ano passado: leite em pó integral (+29,1%), muçarela (+11,5%), creme de leite (+5,4%), manteiga (+5,3%), etc.

O ano de 2013 deverá ser um ano de recuperação do setor leiteiro, tanto na base produtiva, como na indústria processadora. O leite é considerado um dos produtos com elevada probabilidade de crescimento no Brasil.

A crescente demanda no País é o ponto principal. Além disso, o potencial de crescimento produtivo da pecuária leiteria e da indústria de laticínios é fator fundamental para que esse cenário aconteça.

No contexto mundial, o Brasil aparece com grande potencial exportador, mas uma série de esforços será necessária para que esse cenário se concretize.

O setor agrícola deverá passar por importantes transformações nos próximos anos em função do processo de reorganização e consolidação do segmento industrial. Existem iniciativas da indústria para melhorar a qualidade dos produtos lácteos e a eficiência no processamento.

Casos de fraude do leite, como o que aconteceu no Rio Grande do Sul no começo de maio, prejudicam o setor de maneira geral, já que abalam a confiança do consumidor e pesam contra a construção desse quadro promissor. ■

1 Zootecnista da Scot Consultoria
2 Zootecnista da Scot Consultoria
3 Engenheiro agrônomo da Scot Consultoria

O maior evento da Indústria de Tecnologia em Nutrição Vegetal da América Latina

Modernidade, Gestão e Tecnologia em Nutrição Vegetal

V FÓRUM ABISOLO

1º FERTI SHOW
Feira da Tecnologia em Nutrição

21, 22 e 23 de agosto de 2013

Ribeirão Preto, SP
Centro de Eventos Pereira Alvim

Informações e inscrições

11 3251-4559
contato@bbagro.com.br
cadastroforum@abisolo.com.br

www.forumabisolo.com.br

Patrocínio

agrichem
PRODUQUÍMICA Agro
Aminoagro
Fortgreen
AGROPLANTA
Agrária
Geociclo
Grupo Bio Soja
syngenta
TOTVS
UBYFOL

Realização

abisolo 10 anos
abag

Apoio institucional

ABC BIO
AMA BRASIL
ANDA
ANDAV
ASBRAM
IPNI
Rede FertBrasil
Zinc

Apoio publicitário

AGROANALYSIS

Organização

BBAgro Global

infraestrutura

KZN

Índia

Impactos do crescimento e da agricultura

Marcos Fava Neves*

TRATAREMOS DE três assuntos sobre a Índia. O primeiro diz respeito a alguns números socioeconômicos e impressões; o segundo, ao desenvolvimento e aos desafios da agricultura; já o terceiro mostra o programa de desenvolvimento em discussão no agro indiano.

Com 1,2 bilhão de habitantes, o país apresenta crescimento de 2 milhões de pessoas por mês ou de mais de 20 milhões em um ano. É uma África do Sul a cada dois anos e meio, ou um Brasil a cada dez anos, ou até mesmo os Estados Unidos em quinze anos. Sendo a quarta maior economia mundial baseada em uma paridade de poder aquisitivo, com crescimento de 6% a 10% ao ano em termos de PIB, no prazo de dez anos, pode surgir o equivalente a mais uma Índia no mesmo local.

É um país ainda muito novo, que cresce rápido, com uma população de 600 milhões abaixo dos vinte e cinco anos e de 225 milhões entre os dez e vinte anos. No futuro, terá uma grande quantidade de pessoas em idades aptas ao trabalho, e esse é um fator muito competitivo. A decisão crucial, não apenas para a Índia, mas para muitos países como o Brasil, será fazer com que essa imensa população ajude a levar a sociedade adiante, sem deixá-los como apoio e transformá-los em uma carga a ser transportada por outros.

É uma grande economia de pessoas ainda pobres, com padrões de consumo muito diferentes. Para as 400 milhões de pessoas com renda diária de US$ 1,25, o consumo de produtos é apenas ocasional ou em pequenas porções. Em diversos locais, a cultura ocidental chegou pelos estudantes indianos com experiências internacionais, pela chegada de redes de *fast-food* e pelos acessos à internet. Apesar de 40% da população possuírem acesso a sanitários e 50% possuírem telefones celulares, houve um impressionante crescimento na adoção de tecnologia da informação.

Seu processo de terceirização de negócios cria soluções inteligentes guiadas pelos serviços, que mudam a maneira de fazer negócio das organizações. As iniciativas de microcrédito e os enormes programas de inclusão financeira usam os sistemas bancários baseados em plataformas de tecnologia.

Apesar de Mumbai crescer cerca de 400.000 pessoas anualmente, as maiores mudanças em termos de urbanização ocorrem nas cidades de 50 a 100 mil pessoas, muito mais gerenciáveis. O maior impacto da urbanização é a mudança nos hábitos de consumo. Enquanto, nos EUA, o setor de *fast-food* cresce 4% por ano, na Índia, este crescimento chega a 35%, com faturamento de US$ 1 bilhão, em 2010, e previsão de US$ 3 bilhões, para 2015, quando redes como o McDonald's planejam ter 500 lojas; a Yum! planeja uma expansão de mais 500 novas lojas de Pizza Hut, Taco Bell e KFC; e a Domino´s Pizza também expandirá em mais 500 unidades.

Em 2013, com diversas sugestões de melhoria, a Índia está lançando o "projeto de segurança alimentar", criando obrigações para que o Estado garanta alimentos para todos que não têm recursos para comprar a quantidade mínima. Esse fato trará grande impacto às cadeias e importações de alimentos, uma vez que isso significa investimentos do orçamento federal em mercados de alimentos. A Índia ainda está longe do desenvolvimento que a China teve na redução da pobreza, e essa nova regulamentação do governo pode realmente alterar o futuro do país, solucionar os problemas de pobreza e criar condições para uma sociedade muito mais competitiva no futuro.

Agricultura

Com mais de 60% da população vivendo em áreas rurais, os indianos possuem grande entusiasmo em possuir suas próprias terras e as passar, no futuro, para seus filhos. A proporção de terra agricultável corresponde a 180 milhões de hectares, quase 60% de toda área existente (330 milhões de hectares de superfície). Sua safra é a segunda maior do mundo. É uma estrutura fundiária muito desafiadora, uma vez que quase 75% das terras estão em propriedades com menos de 5 hectares, sendo, em média, 1 a 2 hectares por família. Imaginem a propriedade de terras no futuro, quando as mesmas serão divididas com seus descendentes.

A agricultura é fortemente dependente da quantidade de chuva promovida pelas monções, cujo regime é responsável direto pela quantidade de renda disponível em um ano particular.

Lá, podemos encontrar uma grande diversidade de climas, permitindo a produção dos mais variados produtos. Atrás da China, a Índia é o segundo maior produtor de arroz, trigo, frutas e vegetais. A cultura do arroz é a maior, ocupando uma área de 44 milhões de hectares e produzindo mais de 90 milhões de toneladas. O trigo também é um importante produto, contando com uma produção de mais de 80 milhões de toneladas anuais. O milho ocupa uma área de 8 milhões de hectares. A Índia está entre os cinco maiores produtores de 80% das culturas (itens de produção agrícola).

A agricultura tem visto grandes avanços devido à adoção de tecnologias. A produção de grãos pulou de 50 milhões de toneladas, em 1950, para mais de 250 milhões de toneladas, em 2012. As áreas irrigadas indianas foram de cerca de 20 milhões de hectares, em 1950, para 65 milhões, em 2010. Em 2012, cerca de 17% da produção agrícola da Índia foram exportados, e a agricultura ainda é a ocupação primária de 52% da população local. Porém, devido a esse crescimento populacional, a disponibilidade *per capita* de grãos caiu cerca de 10 kg em dez anos.

Muitas outras mudanças podem ser vistas. O gerenciamento das terras agrícolas também está sendo concentrado com o aumento de arrendamentos e com maiores esforços para a produção em escala, provavelmente o maior desafio na agricultura indiana. Devido ao crescimento dos negócios industriais e de serviços, resultado do desenvolvimento urbano, como na maioria dos países, ocorreu uma queda natural da participação da agricultura no PIB do país, passando de 56%, em 1950, para 14%, em 2012.

O desenvolvimento da agricultura encontra diversos problemas. No processo de inovação, de acordo com algumas companhias entrevistadas, o sistema de regulamentação toma muito tempo no registro de novos produtos. Há dificuldades relacionadas às áreas urbanas, que invadem as áreas rurais. Os custos do trabalho subiram 50% nos últimos dois anos, devido à atração dos trabalhadores agrícolas pelos setores de serviços. Embora se tenha uma grande quantidade de água, esse fator também se torna crítico, devido à poluição, ao uso crescente pela população e a outros fatores.

A Índia terá também que implantar programas de segurança alimentar (qualidade) e rastreabilidade, desenvolver leis de proteção ambiental, melhorar as leis de trabalho. Essas mudanças, definitivamente, irão aumentar os futuros custos de produção, da mesma maneira presenciada no Brasil nos últimos dez anos.

A produtividade da agricultura ainda é muito baixa, e isso indica a possibilidade de grandes crescimentos. Na China, o tamanho médio das propriedades é a metade dos verificados na Índia, porém a produtividade é o dobro na maioria das culturas. A Índia tem uma produtividade que equivale, em média, de 50% a 60% àquela que é encontrada no mundo em cada cultura. Isso indica que é possível aumentar a produção do país com a utilização das mesmas terras.

País fascinante, veremos, na Índia, as reais e mais rápidas mudanças do mundo. As chances são de aumentar a produção agrícola devido aos maiores níveis de produtividade, com o crescimento esperado para os próximos dez a quinze anos na renda e população. Mesmo com a grande urbanização, o salário mínimo e os programas de suporte social, a tendência do país é crescer fortemente sua participação nas importações mundiais de alimentos e, definitivamente, ser uma das "superpotências" mundiais, em termos de PIB e no comércio de produtos e serviços. ■

Agenda estratégica voltada para a competitividade

a) Aumento de programas de melhoria social – falou-se a respeito do desejo de se aumentar os programas de segurança social, com um foco maior em investimentos e menor em subsídios, tornando esses programas mais sustentáveis.

b) Pesquisa e desenvolvimento – atração de mais investimentos privados para a pesquisa, considerando as especificidades locais e as necessidades dos agricultores; mais parcerias públicas e privadas; pesquisas direcionadas para a redução das disparidades dos países; promoção de mais extensões para que as inovações cheguem aos agricultores; aumentar as pesquisas acerca das incertezas relacionadas à água.

c) Recursos humanos – aumento da saúde dos jovens, nutrição e educação; aprimoramento das capacidades relacionadas à agricultura; e, também, treinamentos vocacionais.

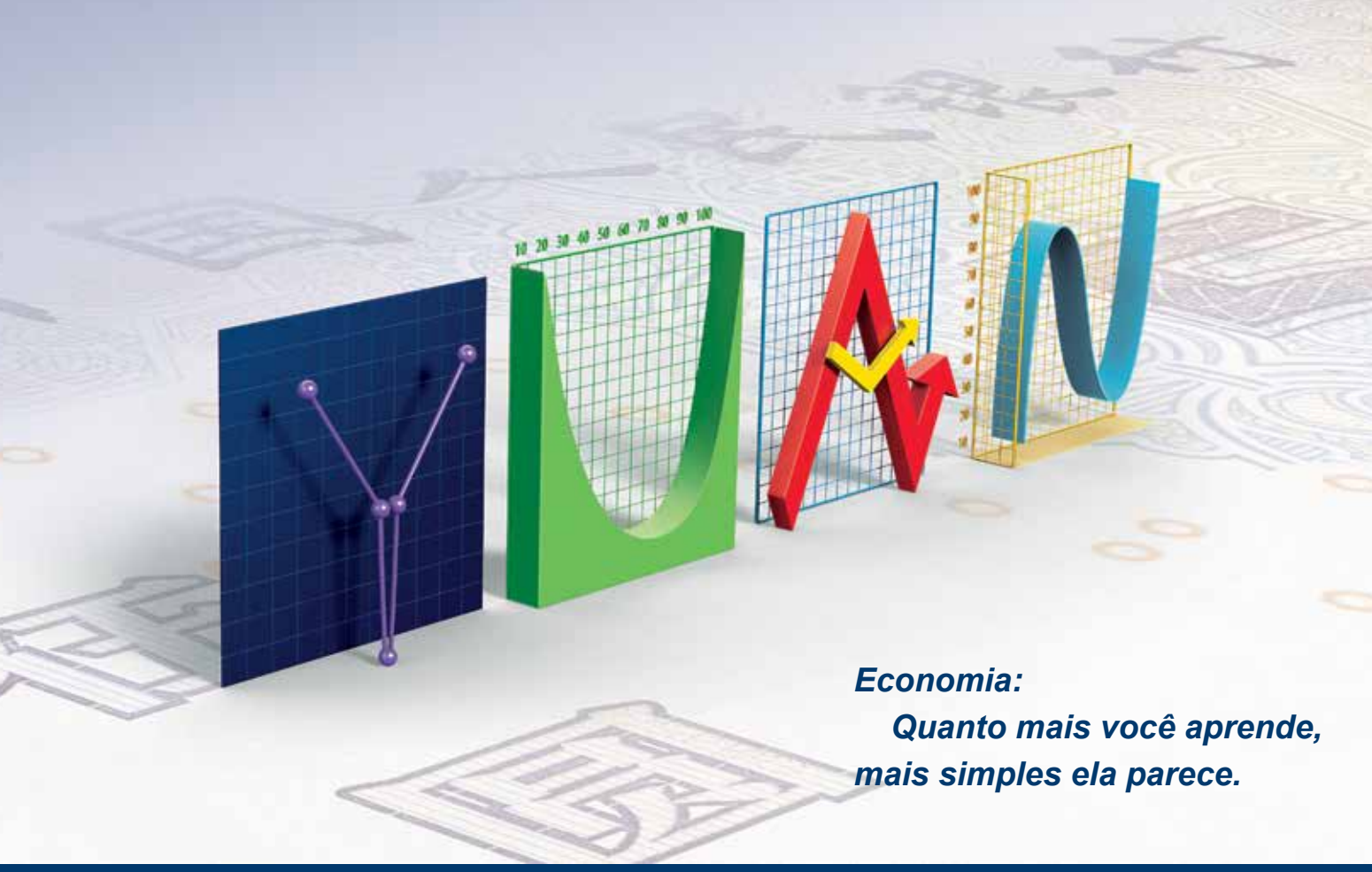
d) Maior captura de valor e diversificação – intensificação das culturas (de grãos a aves); diversificação de culturas quando as terras podem ser usadas para fornecer maior valor (da cana-de-açúcar à horticultura e produção de frutas); e esforços para melhorar as ações coletivas dos agricultores.

e) Infraestrutura – melhoria nos investimentos de infraestrutura rural, no aumento das capacidades de estoque, na capacidade de estocar água, nas operações de estocagem; e políticas e melhorias nas cadeias de frios, entre outras.

f) Aumento da produção agrícola – aumento nas produções; fazendas modernas em tecnologia, estocagem, irrigação, acesso ao crédito, arrendamento de terras; mais mecanização.

g) Ambiente institucional – movimento gradual de um ambiente menos regulado para uma cadeia agrícola mais guiada pelo mercado, com organizações claras, eficientes e melhor gerenciadas, promovendo o desenvolvimento institucional.

*Professor titular da FEA-RP/USP



Economia:
Quanto mais você aprende, mais simples ela parece.

CURSOS MASTER

- Master in Business Economics
- Master in Financial Economics
- Master in Corporate Finance, Controllership and Economics

Inscrições até 28 de junho de 2013

INSCRIÇÕES PELO SITE:
www.fgv.br/eesp/processoseletivo

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
EESP
Escola de Economia de São Paulo

Açúcar e etanol

Mudanças no cenário

Plinio Mário Nastari*

OS EFEITOS da crise financeira de 2008 ainda são perceptíveis em um bom pedaço do setor sucroalcooleiro brasileiro, mas os impactos causados por três anos consecutivos (2009 a 2011) de clima anormal começam a ser superados, pelo menos na região Centro-Sul, que deve representar, na safra 2013/14, cerca de 92% da moagem de cana do País. A região Norte-Nordeste ainda enfrenta o desafio de superar a grave seca que assola a região e que tem poupado, de forma moderada, apenas aqueles produtores que investiram e que dispõem de irrigação complementar ou de salvamento.

Ampliação da produção

Na safra 2013/14, a moagem de cana na região Centro-Sul deve aproximar-se da capacidade efetiva de moagem, com um índice de ocupação próximo a 97%, que vai depender do aproveitamento de tempo das usinas a ser determinado pelo clima durante a safra. Chama a atenção a queda acentuada no ritmo de expansão da capacidade de moagem – com poucos projetos novos e expansão de usinas já existentes entrando em operação em 2013 –, ao mesmo tempo em que existe a perspectiva de que outras usinas somem-se à lista das quarenta e uma que encerraram atividades desde 2008. Portanto, a capacidade efetiva de moagem ficará estagnada ou apresentará um crescimento modesto. O prazo de maturação de novos investimentos em moagem é de dois a três anos no mínimo, o que significa que, mesmo havendo potencial de crescimento da produção agrícola, a expansão da produção de produtos finais estará, nesse horizonte, comprometida pela limitação de capacidade de moagem.

No curto prazo, a principal questão é a possibilidade de recuperação de parte da demanda de etanol hidratado que foi perdida nos últimos quatro anos. Em setembro e outubro de 2009, a demanda de hidratado para uso combustível atingiu mais de 1,5 bilhão de litros por mês. Em 2012, a demanda mensal caiu para 820 milhões de litros e, nos primeiros três meses de 2013, para 810 milhões de litros por mês. Tendo em vista a expansão da frota *flex* desde 2009 – que, em 2013, já representa mais de 57% da frota total –, a demanda potencial de hidratado combustível ultrapassa 1,9 bilhão de litros. Portanto, uma ligeira recuperação de 300 milhões de litros por mês na demanda de hidratado, que pode ser gerada por um preço relativo ligeiramente mais compensador para o consumidor, pode ter o efeito de absorver cerca de 5,75 milhões de toneladas de açúcar no mercado combustível brasileiro. Isso faz com que possam ser significativamente alteradas as perspectivas de excedente mundial de 10,24 milhões de toneladas de açúcar, na safra 2012/13, e de 6,2 milhões de toneladas, na safra 2013/14 (previsões da DATAGRO, em maio de 2013).

Atenção nos custos

A área com maior potencial de redução de custos ao alcance da indústria é o aumento da produtividade agrícola, e, nesse aspecto, as perspectivas são alvissareiras. O atual estágio tecnológico já permite a geração de 7 mil litros de etanol por hectare (na forma de etanol ou açúcar), e, em pouco tempo, possivelmente até o final desta década, poderá ser possível atingir produtividades agroindustriais próximas a 12 mil litros por hectare. Segundo o CTC, Centro de Tecnologia Canavieira, espera-se chegar a algo entre 30 e 35 mil litros por hectare até 2035. São números impressionantes considerando que o etanol de milho garante uma produtividade média, atualmente, de 3,2 mil litros por hectare e que o seu potencial máximo é de 6,5 mil litros por hectare, além da menor vantagem em termos de balanço energético e redução na emissão de gases do efeito estufa. É importante que não haja perda de oportunidades.

Os desafios permanecem não apenas no aperfeiçoamento das operações agrícolas de plantio e colheita mecanizada, mas também no cumprimento de normas legais. A Lei da Balança, que limitou a 75 toneladas o peso bruto transportado (cana mais tara) por comboio, deve aumentar os custos de transporte da matéria-prima. A Lei do Caminhoneiro, que teve o efeito prático de reduzir entre 25% e 30% a frota rodante do País, exatamente no momento em que cresce a oferta de açúcar e etanol e, principalmente, de grãos, deve elevar, junto ao aumento do preço do diesel, o frete dos produtos finais.

Ao mesmo tempo em que as demandas por açúcar e etanol continuam em expansão no mundo, no curto prazo, a indústria enfrenta o terceiro ano consecutivo de superávit no mercado mundial. A pergunta é: por quanto tempo mais esse cenário vai se manter? O mercado brasileiro exige uma produção cada vez maior de etanol para atender o seu crescente mercado interno. As exportações de etanol retomam o crescimento. Simultaneamente, existe um real potencial de expansão da produção de açúcar na Índia, Europa, Tailândia e Austrália. Esse cenário complexo deverá afetar profundamente a maneira com a qual o setor sucroenergético irá operar a partir do próximo ano. ■

* Mestre e doutor em Economia agrícola e presidente da DATAGRO

África

Um passo adiante para a agricultura brasileira

Frederico Paiva*

DIANTE DA crescente urbanização chinesa, africana e indiana e do aumento vertiginoso da renda na maioria dos países em desenvolvimento, um desafio coloca-se: como o mundo produzirá mais e melhores alimentos? Como a agroenergia colocar-se-á nos próximos anos? Uma coisa é certa: é preciso produzir mais e melhor.

Atualmente, não há como se falar em incremento da produção agrícola sem a incorporação de novas fronteiras agrícolas ao processo. No Brasil, há vários empecilhos para tal. É aí que precisamos enxergar a África com mais carinho.

Assim como já se transformou em lugar-comum discutir as necessidades de produção de mais alimentos nos próximos anos, o mesmo deu-se quanto ao reconhecimento do grande potencial da agricultura na África e quanto ao papel importante que o Brasil pode desempenhar em todo esse processo.

Não há, contudo, nenhuma estratégia do governo brasileiro para tratar o tema. Há iniciativas isoladas do setor privado, como o Fundo Nacala, liderado pela FGV, e de projetos pontuais de cooperação técnica liderados pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e por algumas instituições públicas. Pouco, muito pouco diante do enorme potencial.

É preciso que haja duas frentes de atuação brasileiras na agricultura da África: uma pública e uma privada. A pública deve centrar-se na cooperação técnica Sul-Sul, com vistas ao fortalecimento das instituições de pesquisa e extensão rural dos países africanos, além de ajuda na formulação de políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura e para a atração de investimentos sustentáveis, com inclusão dos pequenos agricultores e salvaguardas ambientais e sociais.

A ABC pode liderar esse processo, em colaboração com instituições de excelência, como a Embrapa, o SENAR, entre outras. Para isso, é preciso fortalecê-las com os instrumentos necessários para tal. A ABC tem sofrido sucessivos cortes em seu orçamento, além de não dispor de corpo técnico suficiente. A Embrapa não possui pesquisadores com dedicação integral à cooperação, condição *sine qua non* para uma efetiva transferência de tecnologia, além de não dispor de um marco regulatório para sua internacionalização.

Para um país que deseja protagonismo na esfera mundial, faz-se pouco e de forma descoordenada. Muitas das vitórias que obtivemos nos últimos anos no cenário internacional deram-se pelo aumento da percepção dos países em desenvolvimento de que a cooperação entre eles pode ser um jogo de ganha-ganha, mas, para que isso se confirme, é preciso entregar coisas concretas, como tecnologia, e a cooperação técnica Sul-Sul é o melhor instrumento para tal.

A frente privada dar-se-ia pelo investimento brasileiro nos países africanos, em empreendimentos sustentáveis, utilizando o melhor da nossa tecnologia, transferindo-a aos agricultores locais, garantindo emprego e renda.

O investimento do agronegócio brasileiro pode dar-se de diversas formas, tanto via crédito, quanto via fundo de investimento; este último mais propício à África, em virtude da posse estatal da terra e da dificuldade de se obter empréstimos sem garantias ao sistema financeiro.

Em todas as frentes, o apoio do governo brasileiro é fundamental, tanto na estruturação de sua cooperação técnica, quanto no apoio ao setor privado no seu processo de internacionalização, por meio de financiamento, assistência técnica, aporte de fundos de investimento, entre outros. Tal apoio pode ser liderado pela Casa Civil, articulando a atuação governamental em ambos os setores.

A ampliação da presença brasileira na agricultura africana pode ser benéfica a todos os atores. Dependentes de importação maciça de alimentos, países como Moçambique, Angola e Gana podem tornar-se autossuficientes e, até mesmo, exportar. Há potencial para isso. Todos sabem que produzir alimentos internamente torna-os mais baratos e acessíveis à população. O impacto social disso pode ser magnífico.

O Brasil pode liderar o processo de forma sustentável, vinculando investimentos brasileiros à formulação de políticas públicas com salvaguardas nos países e garantindo a transferência de tecnologia aos agricultores locais. Ademais, podemos vender nossas máquinas, equipamentos e tratores, estimulando nossa pauta exportadora. E o agricultor pode obter retornos satisfatórios de seus investimentos.

Tenho advogado a ideia de que a agricultura na África ocorrerá mais cedo ou mais tarde. Resta saber se será o Brasil ou outro país, como a China e a Índia, que liderará esse processo. Tecnologia para fazê-lo no curto prazo e de forma sustentável, nós possuímos. Para tal, resta o empurrãozinho final, o passo adiante. ■

*Especialista da Div. África – FGV Projetos/GV Agro



Enquanto a população cresce e consome cada vez mais, o planeta continua o mesmo. A John Deere está preparada para essa demanda e desenvolve tecnologia de ponta a fim de aumentar a produtividade do campo sem esgotar os recursos naturais das futuras gerações. Afinal, para a John Deere, produzir e preservar sempre estiveram muito próximos.

05 de junho. Dia Mundial do Meio Ambiente.

JOHN DEERE

JohnDeere.com/PorGeracoes

Agronegócio brasileiro

Integração é a palavra que rege o futuro

Paulo Herrmann*

O CRESCIMENTO do agronegócio brasileiro, nos últimos anos, é um dos pilares do bom momento econômico vivido pelo País neste século. Para se ter uma ideia, desde 2000, a balança comercial do setor registrou superávit acumulado de US$ 481 bilhões. E esse cenário pode ser ainda melhor.

Pesquisas apontam que o crescimento populacional deve aumentar a demanda por alimentos em mais de 70% até 2050. Muito se fala da responsabilidade do Brasil nesse contexto. Isso nos deixa diante de uma grande oportunidade e de um desafio ainda maior: produzir mais sem aumentar a área de cultivo. É aí que entra a terceira grande revolução da agricultura, a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF).

A primeira onda aconteceu quando o País aprendeu a dominar a agricultura nos trópicos e tornou o Cerrado produtivo. Nesse momento, o Brasil passou a ganhar relevância mundial. A segunda começou quase que inocentemente com a safrinha, quanto a técnica de manejo conhecida como plantio direto começou a ganhar cada vez mais força. O agricultor percebeu que, com um processo adequado, poderia transformar a entressafra em um período produtivo, em alguns casos até mais produtivo do que a própria safra. Ficamos à frente no mundo do agronegócio, já que, nos Estados Unidos, nosso maior concorrente em produção, a safrinha não existe. Segundo dados da Conab, impulsionada pelo milho segunda safra, a produção nacional de grãos na safra 2011/12 chegou a 185 milhões de toneladas e foi 11,3% maior do que a safra anterior.

Agora, chegamos à era da iLPF, que veio para quebrar paradigmas, trazendo à mesa interesses comuns de agricultores e pecuaristas. Busca-se diminuir distâncias entre as práticas e diferentes necessidades de negócios de lavoura, pecuária e floresta. É possível unir diferentes culturas, e o Brasil, mais uma vez, é pioneiro nessa tecnologia. Em uma mesma área e com o mesmo ativo de máquinas e pessoas, o campo brasileiro demonstra que pode produzir ainda mais.

A integração é tão profunda que mexe com todo o sistema, permitindo a produção constante de maneira ecológica e sustentável. Durante os seis anos de crescimento de uma floresta de eucalipto, por exemplo, podem ser criadas pastagens entre as linhas, onde os animais estarão confortáveis termicamente, enquanto todo o metano que se desprende das fezes dos animais é absorvido pela floresta. As lavouras também se beneficiam dessa integração, uma vez que o eucalipto capta a água das chuvas e a traz ao solo.

Implementada, a iLPF rapidamente garante benefícios ao produtor, seja na redução do custo de produção por arroba de boi, no aumento da produção de leite, na melhora da matéria orgânica no solo ou na geração de empregos. Quem pratica iLPF encontra uma excelente diversificação dos negócios do campo, conquistando lucratividade e excelentes margens de segurança em um setor normalmente sujeito a riscos e sazonalidades. É o caso da Fazenda Santa Brígida, em Goiás, que se tornou referência nacional no assunto. ■

*Presidente da John Deere Brasil e presidente da Rede de Fomento à iLPF

Integração Lavoura-Pecuária-Floresta

Hoje, esta prática é recomendada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Tanto assim que se criou uma linha de crédito para a agricultura de baixa emissão de carbono. O compromisso do Brasil é ter 4 milhões de hectares de iLPF até 2020.

Nosso dever é acelerar a transferência dessa tecnologia, levando conhecimento ao campo, para que o agricultor produza mais preservando o meio ambiente. Para facilitar essa difusão, inclusive, foi criada a Rede de Fomento à iLPF, uma parceria público-privada formada pela John Deere, Cocamar, Syngenta e Embrapa. Qualquer empresa que assuma o compromisso por pelo menos cinco anos pode participar, assinando um acordo de cooperação técnica com a Embrapa e trabalhando em conjunto à rede para o desenvolvimento desse conceito. A John Deere investirá R$ 2,5 milhões no projeto nos próximos cinco anos, apoiando a Rede em projetos e atividades que serão financiados com esses recursos.

A indústria do agronegócio precisa agregar valor às *commodities* brasileiras. Produzir por meio do sistema de iLPF, além de geração de grãos e carne sem impactar negativamente na natureza, é pura sustentabilidade. Trazer conforto animal, aproximar a produção agrícola de meios sustentáveis ao utilizar o sistema iLPF, por exemplo, é agregar valor à nossa produção. Essa é a verdadeira revolução que a agricultura brasileira precisa levar ao mundo.

Não podemos tirar do Brasil essa oportunidade. Temos todas as condições naturais e tecnológicas para vencer o desafio de ajudar a alimentar o mundo.

Organização Mundial do Comércio

Brasileiro na diretoria-geral

A NOTÍCIA de que o embaixador brasileiro Roberto Carvalho de Azevêdo assumirá o cargo de diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) foi muito bem recebida pelo agronegócio brasileiro. Na condição de terceiro maior exportador de produtos agropecuários, com as perspectivas de se consolidar ainda como forte protagonista global nesta área, o Brasil terá de conviver com embates comerciais. A década passada já foi um bom exemplo disso, com os contenciosos, por exemplo, nos casos do açúcar com a União Europeia e do algodão com os Estados Unidos.

Primeiro brasileiro e latino-americano a comandar o órgão, Roberto de Azevêdo disputou e venceu, no mês passado, a eleição com o mexicano Herminio Blanco. Com início em setembro próximo, o mandato para ser cumprido é de quatro anos. Criada oficialmente em 1º de janeiro de 1995, com o Acordo de Marrakech, em substituição ao Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), que começou em 1948, a OMC, com 159 países-membros, pretende supervisionar e liberalizar o comércio internacional. A sua sede é em Genebra, na Suíça, com uma equipe de colaboradores com mais de 600 pessoas.

O brasileiro contou com o apoio do grupo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), além dos países de língua portuguesa e de várias nações na América Latina, Ásia e África. O vencedor precisa ter um mínimo de oitenta votos dos 159 países integrantes e obter o consenso entre as nações. A escolha é feita em três etapas. O processo de eleição começou no final de março, com nove candidatos. No final de abril, a OMC comunicou que tinham passado à fase final apenas os candidatos do Brasil e do México.

De pronto, seu grande desafio será resgatar a Rodada de Negociação de Doha, iniciada em setembro de 2003. Esta conferência ministerial foi suspensa em julho de 2006 e teve sua retomada frustrada em junho de 2007. Em discussão, estão os acordos para ampliação das condições de acesso aos mercados, cortes efetivos nos subsídios à produção e o fim dos subsídios à exportação.

Pascal Lamy, que, desde setembro de 2005, comandou a diretoria-geral da OMC, anunciou, em 2008, que, mais uma vez, as negociações da Rodada do Desenvolvimento de Doha fracassaram: "Os países não conseguiram resolver os impasses sobre a redução dos subsídios agrícolas e das tarifas de importação de produtos industrializados". Para ele, as diferenças em fatores macroeconômicos, e não as políticas comerciais, são as principais causas dos desequilíbrios entre os balanços externos dos países.



Elza Fiúza/ABr

Roberto Carvalho de Azevêdo

A partir do estouro da crise financeira global, em 2008, o ritmo de crescimento do comércio mundial diminuiu. Registrou 5,2% em 2011. A taxa apurada em 2012, de 2%, correspondeu ao menor resultado da série histórica iniciada em 1981. Para a OMC, a previsão é de que a expansão continuará lenta em 2013, em torno de 3,3%.

Roberto de Azevêdo considera estratégica, para a Rodada de Doha, a conferência ministerial de Bali, que ocorrerá em dezembro próximo. "Os membros da OMC estão cientes de que precisamos de um mapa do caminho, em Bali, para conduzir a Rodada a uma solução, e não podemos deixar passar essa janela de oportunidade", afirma. Com ação rápida e precisão, ele pretende avançar nos temas em que o consenso está mais próximo e, ao mesmo tempo, lançar as bases para negociar as questões de maior sensibilidade. ■

Currículo e experiência

Diretamente envolvido em assuntos econômicos e comerciais há mais de vinte anos, diplomata de carreira, o embaixador desde 2008 Roberto de Azevêdo é o representante permanente do Brasil na OMC. Foi chefe do Departamento Econômico do Ministério das Relações Exteriores, o Itamaraty, de 2005 a 2006, tendo liderado a delegação brasileira nas negociações da Rodada Doha da OMC sobre liberalização de mercados.

Um dos vinte e três países signatários do GATT, em 1947, o Brasil é membro fundador da OMC. A atuação internacional brasileira sempre pautou a defesa do multilateralismo e das instituições. Foi como embaixador do Brasil que Roberto de Azevêdo pôde adquirir conhecimento das disciplinas e dialogar com representantes de todos os países-membros, participando do núcleo central das negociações em todas as suas etapas.

Cadeia do óleo de palma

Modelo sustentável

Marcelo Brito*

EM TEORIA, todos os óleos vegetais concorrem entre si, mas cada um tem a sua própria base relativa de valor. Muitos consumidores satisfazem-se quando substituem o azeite de oliva pelo óleo aromatizado de soja, quando não conseguem pagar o primeiro. Da mesma forma, os óleos de palma e de soja possuem mercados e utilizações característicos, o que não impede a troca de lugar.

Historicamente, o preço do óleo de palma é inferior ao do de soja, em média, na casa de US$ 100 por tonelada. Mas, as condições específicas de mercado podem alterar essa relação, como no caso do momento atual, quando esse *gap* chegou a atingir US$ 300 por tonelada. A explicação está no *oversupply* da Indonésia e Malásia, devido a uma produção excedente de 3,5 milhões de toneladas. Temos uma combinação de muita produção na oferta com demanda em recessão, principalmente na Europa.



EMBRAPA SOLOS

Os três principais óleos mundiais são o de palma, soja e canola. As suas cotações sempre se inter-relacionam e, agora, estão ligadas ao movimento de preço do petróleo após o desenvolvimento da produção mundial de biodiesel. Petróleo alto é igual a muito biodiesel e a altas cotações dos óleos, e vice-versa.

O Brasil é considerado o segundo maior produtor de soja do mundo. Fomos o primeiro na safra 2012/13, por causa da seca nos Estados Unidos. As condições da sojicultora brasileira são bem favoráveis em termos de solo, clima e tecnologia. Existem fartos financiamentos, sejam eles dos governos, bancos nacionais ou *tradings*. Porém, ainda nos falta infraestrutura e logística.

Já, para a palma, até recentemente, não havia sequer uma linha de crédito disponível. É um produto de altíssimo investimento inicial, em torno de R$ 9 mil por hectare, não incluso o custo da terra e o *pay-back* de longo prazo. É justamente o retrato oposto das oleaginosas e cereais em geral.

Concentrada na Amazônia, a área de cultivo da palma também amedronta os investidores. Para cumprir a legislação ditada pelo Código Florestal, são necessários 80% de Reserva Legal. O processo de zoneamento ecológico e econômico para reduzir a 50% a taxa de área obrigatória para Reserva Legal no nordeste do Pará, aprovado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) em fevereiro de 2012, foi sancionado pela Presidência da República em abril último. Em local algum do mundo, existe essa exigência que onera ainda mais o investimento inicial.

Dentre os quarenta e três países plantadores de óleo de palma no mundo, o Brasil apresenta o mais alto custo de mão de obra. Isso decorre muito dos encargos, impostos e obrigações (exemplos são a Norma Regulamentadora – NR - sobre a Segurança e Saúde do Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura). A mão de obra, que representa em média 50% do custo de produção de 1 tonelada de óleo de palma bruto, varia de 35% a 60% de um lugar para outro.

Ainda acreditamos que o Brasil será um produtor de óleo de palma de tamanho médio, mas demorará, pois seremos a última fronteira depois de exauridas as áreas na Indonésia e nas novas fronteiras da palma, como Papua-Nova Guiné e Tailândia, na Ásia; Libéria, Gana, Gabão, Congo, Nigéria e Costa do Marfim, na África; e Colômbia, Equador, além de outros menores da América do Sul e Central.

Outro ponto importante é que, a partir de 1º de janeiro de 2014, o óleo de palma brasileiro será equiparado ao da Malásia e Indonésia no mercado europeu. Isso significa, para o Brasil, o fim do benefício conhecido como Generalised Scheme of Preferences (GSP, na sigla em inglês), que permite aos países em desenvolvimento

Mundo: Produção de óleo vegetal (milhões de t)

	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13
Palma	44	46	48	51	54
Soja	36	39	41	42	43
Canola	20	22	23	24	24
Girassol	12	12	12	15	14
Outros	26	22	24	24	23
Total	**138**	**141**	**148**	**156**	**158**

Fonte: USDA

As leis são para pequenos e grandes

A certificação da área de palma chegou a 1 milhão de hectares, e há muito espaço para avançar. Em mercados maduros, como Europa e Estados Unidos, cresce a cada dia a demanda por produtos sustentáveis. É quase uma unanimidade a rejeição por produtos oriundos de áreas de desmatamento, como se pode observar nos eventos internacionais. Empresas do porte da Unilever, Nestlé e Cargill pontuaram enfaticamente essa entre várias outras questões.

No Brasil, algumas marcas também já possuem diretrizes explícitas no sentido de dar a devida rastreabilidade às suas matérias-primas. Pesquisa realizada pela PWC, a pedido da Carbon Footprint Disclosuse, com as cinquenta e duas maiores corporações do mundo mostra que 68% delas já possuem diretrizes mandatórias com relação a temas como mudanças climáticas e sustentabilidade. Não obstante, na outra ponta, somente 27% de seus fornecedores, a base da cadeia, possuem diretrizes nesse sentido. Diante das pressões, produtos de cadeias organizadas na produção sustentável, com plataformas internacionais que facilitem sua verificação, possuem amplo campo de crescimento.

Há vários anos, na Agropalma, identificamos que as condições nacionais não permitiriam a expansão contínua da área de plantio. Como se diz no mercado, se não se pode ser o maior, tente ser o melhor. Adotamos esse modelo de desenvolvimento desde 2000.

Foi assim que assumimos o compromisso público de desmatamento zero, obtivemos as certificações ISO 9001 e 14001 e OHSAS 18001, que hoje são onze no total. Recuperamos mais de 800 hectares de mata ciliar invadidos por nós ou por antigos proprietários, com medições *in loco* e, também, por imagem de satélites.

Seguimos a risca as regras do 50/50% e 80/20% entre reservas florestais e área de plantios. Fomos para 65% de reservas e 35% de plantios, com mudanças do *"business as usual"* para um modelo de produção sustentável sob o ponto de vista ambiental e social. Desenvolvemos parcerias estreitas com as ONGs e institutos de pesquisa nacionais e internacionais.

O resultado está sendo ótimo. Em 2012, ficamos em primeiro lugar no *ranking* mundial das empresas de óleo de palma do Greenpeace e somos, hoje, vistos como uma das melhores empresas do setor. Na nossa carteira de clientes, há empresas expoentes mundiais na aquisição de matérias-primas sustentáveis, como a Natura, Nestlé, Unilever, Ferrero, Cargill, entre outras. Hoje, 50% da produção são vendidos no País e o restante, em países como EUA, Canadá, Alemanha, Holanda, Inglaterra e até mercados distantes, como a Coreia do Sul.

Acreditamos que, somente assim, a produção brasileira de óleo de palma poderá competir com a produção asiática e africana. Eles produzirão a *commodity* e nós, a especialidade. Mas, ainda há muito que fazer.

A principal barreira é conseguir incluir os parceiros da agricultura familiar nesse mercado de sustentabilidade que garante rastreabilidade. Muitas leis criadas no Brasil esquecem que as mesmas valem para os pequenos e os grandes agricultores. Na maioria das vezes, elas foram imaginadas com os grandes produtores em mente, mas acertaram em cheio os pequenos e médios.

Não há processo sustentável que não seja legal, sob o ponto de vista das leis locais, que devem e têm de ser seguidas. Como esperar o cumprimento fiel pelos agricultores familiares da legislação trabalhista (NR 31), Reserva Legal, regularização fundiária e cipoal exigido de licenças e autorizações. Apesar de tantos desafios, contamos, na Agropalma, com 237 parceiros, que, juntos, possuem 10 mil hectares de plantios. Prepará-los para esse novo mercado tem sido a mais difícil tarefa já assumida desde a fundação da empresa.

pagarem taxas menores nas exportações para a União Europeia. Nenhum dos outros países anteriormente citados, concorrentes diretos, serão afetados, o que reduzirá ainda mais nossa competividade.

No sentido contrário, o óleo colombiano e o equatoriano entram no Brasil com alíquota de importação de 0%, e o de palmiste da Malásia e Indonésia, com alíquota reduzida de 10% para 2%. Daqui para lá, paga-se no mínimo 6%. Em 2012, a produção local foi de aproximadamente 270 mil toneladas e a exportação, de 60 mil toneladas; na outra ponta, as importações superaram 395 mil toneladas.

Nenhum fator natural, como solo, umidade e temperatura, limita a disseminação da palma no Brasil. O grande potencial da sua agroindústria é a região Norte. Por já contar com uma infraestrutura mínima, a principal fronteira é o estado do Pará.

A logística é a principal barreira na utilização do óleo de palma como matéria-prima de biodiesel no Brasil. A sua principal zona de produção, a região Norte, participa com apenas 8% no consumo nacional de óleo diesel. A maior parte do biodiesel vem da soja. Há necessidade de se transportar a matéria-prima e/ou o produto acabado basicamente para as regiões Sudeste e Nordeste do Brasil. A região Centro-Oeste produz o suficiente para atender o mercado local, enquanto que na região Sul o alto custo do frete inviabiliza a comercialização do óleo de palma produzido no Norte.

O custo logístico de uma tonelada de óleo de palma entre Belém e São Paulo chega a ser de duas a três vezes maior do que o custo logístico do produto oriundo da Indonésia. No momento, também não adianta fomentar o transporte por cabotagem, pois não há volume suficiente para tornar a operação economicamente viável. Precisamos construir terminais portuários de granéis líquidos, com estrutura suficiente para operar volumes maiores. Enfim, temos grandes barreiras, mas não insuperáveis. ■

*Diretor comercial da Agropalma









AGRONEGÓCIO: O FUTURO CHEGOU.

MESTRADO PROFISSIONAL EM AGRONEGÓCIO

ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO: AGROENERGIA | ECONOMIA E GESTÃO DO AGRONEGÓCIO

O Mestrado Profissional em Agronegócio da FGV/EESP oferece duas áreas de concentração: Agroenergia e Economia e Gestão do Agronegócio.

Destina-se a profissionais experientes que buscam aprofundar seus estudos e qualificar-se para a administração de empresas direta ou indiretamente ligadas ao Agronegócio e à Agroenergia. O curso conta com professores experientes da FGV, Embrapa e Esalq.

Conheça também os Cursos Master da EESP.

INSCRIÇÕES:
De 29 de julho até o dia 25 de outubro de 2013
www.fgv.br/eesp/processoseletivo

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

EESP
Escola de Economia de São Paulo

EUA

Sistema de seguro rural

Horrys Friaça Silva

DENTRE TODOS os temas que acompanho, certamente, o sistema norte-americano de seguro rural é o que desperta maior interesse entre as delegações do agronegócio que recebo nos EUA.

Pois bem. O Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) administra o Programa Federal de Seguro Rural, o qual estabelece as regras e parâmetros financeiros dos seguros que serão comercializados por bancos e entidades privadas (quinze, atualmente) para produtores rurais (pessoas físicas ou empresas), mediante subsídio governamental para o custeio do prêmio das apólices.

O produtor tem à sua disposição modalidades de seguro que cobrem perdas na produtividade esperada para a cultura, no preço estimado para a comercialização e, também, a combinação dos dois fatores, que resulta na receita produzida pela área assegurada.

A cobertura proporcionada por tais apólices pode variar entre 50% e 85% da receita projetada. Atualmente, o governo dos EUA subsidia, em média, 77% do prêmio de apólices com cobertura de 75% da receita nos diversos programas (125 culturas e 300 tipos de apólices comercializadas). Contudo, no que se refere ao milho, o subsídio governamental chega a 91% em apólices para cobertura entre 70% e 85% e a 70% nas apólices para cobertura entre 75% e 85% da receita assegurada. Para soja, o subsídio seria equivalente a 89% e 68%, respectivamente, para os mesmos percentuais de receita assegurados.

Nesse contexto, os seguros de receita têm sido os mais procurados, tanto pela maior variedade de fatores cobertos pela apólice, como também pelo nível de subsídio governamental ao prêmio. Sem subsídio, tais apólices seriam inacessíveis à maioria dos produtores. Dentre as apólices que asseguram receita, pode-se escolher entre a que considera o preço estimado, antes do plantio, ou aquela que calculará a indenização, com base no maior preço alcançado para a comercialização do cultivo assegurado. Trata-se, portanto, da opção mais vantajosa para o produtor e, consequentemente, a mais comercializada, justamente por ser também a mais subsidiada.

Ao longo dos anos, o nível de subsídio governamental sobre o prêmio das apólices subiu consideravelmente, de 16,9%, em 1980, para os 77% da lei agrícola vigente. Tal incentivo estimulou um crescimento vertiginoso na compra de apólices e abrangência do programa (45 milhões de acres e US$ 6 bilhões assegurados, em 1981, para 262 milhões de acres e US$ 113 bilhões, em 2011).

Apesar das críticas de alguns setores, o Programa Federal de Seguro Rural é a base da rede de segurança disponível ao produtor rural norte-americano, e a tendência é que ele seja expandido, justamente pela garantia de receita proporcionada. Mesmo com a maior seca dos últimos trinta e cinco anos, a renda do produtor rural norte-americano nunca esteve tão elevada como nos últimos anos. A seca gerou US$ 11,58 bilhões em indenizações pelo seguro rural, em 2012, 6,8% a mais do que no ano anterior (US$ 10,8 bilhões); em 2010, foram apenas US$ 4,25 bilhões.

Por conseguinte, apesar dos cortes previstos no orçamento da próxima Lei Agrícola dos EUA (Farm Bill), projeta-se a transferência de recursos de alguns programas que serão extintos (Pagamentos Diretos e Contracíclicos) para a criação de novas modalidades de seguros, que cobrirão aquela parcela de receita, acima de 85%, que as apólices atuais não cobrem. Tais modalidades novas, apelidadas "Shallow Losses", deverão contar com até 80% de subsídio governamental sobre as apólices. Prevê-se, também, a extensão das modalidades atuais, como também das novas, para outras culturas, inclusive para frutas e hortaliças ("Specialty Crops").

Para os países em desenvolvimento, que não contam com recursos para subsidiar de maneira equivalente seus programas de seguro rural, tal tendência pode ser preocupante e significar perda de competitividade. ■

Este artigo reflete a opinião do autor e não da instituição que representa.

*Adido agrícola junto à Embaixada do Brasil em Washington

Segurança ou opção de investimento?

Os críticos do programa argumentam que o nível do subsídio governamental oferecido estimula a compra das opções mais vantajosas e caras e que acaba anulando, virtualmente, os riscos financeiros ligados à atividade e distorcendo a produção e os mercados. Para tais críticos, os generosos subsídios tornaram o seguro rural mais parecido com um programa de suporte de renda do que com uma ferramenta de gestão de risco. Alegam também que, devido à excessiva cobertura oferecida, os produtores acabam assumindo riscos agronômicos maiores, pois a eventual quebra de receita pode gerar um retorno financeiro equivalente ou até mesmo maior do que o previsto. Além disso, como a indenização dos seguros é maior do que o subsídio governamental para a manutenção de área de conservação privada (US$ 50,00 por acre), acaba sendo mais vantajoso incorporar novas áreas do que mantê-las nos programas de conservação – ainda que a aptidão destas áreas para o cultivo seja menor.

Logística

As tecnologias RFID e RSSF

Roberto Fray da Silva[1]
Giana de Vargas Mores[2]
Bruno Rógora Kawano[3]
Carlos Eduardo Cugnasca[4]

UMA CADEIA de suprimentos (*supply chain*, em inglês) pode ser descrita como uma rede composta de agentes, envolvidos de forma direta ou indireta, com o objetivo de atender a demanda dos consumidores. Podem ser produtores, processadores, transportadores, armazenadores, fornecedores de insumos, varejistas, atacadistas e consumidores finais. Devido à globalização do comércio e ao avanço da tecnologia, as cadeias se tornaram maiores e mais complexas.

Com isso, aumentou ainda mais a necessidade, por parte dos consumidores, de se ter acesso, em tempo real, às informações relacionadas à qualidade do produto, aos processos envolvidos em sua produção, entre outras. Dessa forma, ganhou destaque o conceito de rastreabilidade, compreendido como a criação de sistemas para o comprador receber, no momento em que achar necessário, as informações relacionadas à qualidade e à localização do produto.

Após o aparecimento do "mal da vaca louca", por exemplo, sistemas de rastreabilidade tornaram-se preponderantes para a cadeia agroindustrial da pecuária, de modo a assegurar a qualidade dos insumos e dos produtos, aumentar a agilidade em caso de *recalls* e tornar menos custosa a localização de falhas e suas possíveis correções. Dessa forma, tornou-se necessária a utilização de tecnologias que permitam a construção de bancos de dados sobre as mercadorias, que sejam de fácil acesso, com segurança das informações e custos acessíveis para as empresas.

Na rastreabilidade, as duas tecnologias mais promissoras são a Radio Frequency Identification (RFID) e a Rede de Sensores Sem Fio (RSSF).

As tecnologias RFID e RSSF

A RFID é um sistema de etiquetas com informações sobre o produto, cujos dados podem ser automaticamente lidos e lançados em um sistema de computação. A tecnologia pode ser utilizada no monitoramento de um produto desde o ponto de sua produção até chegar a um centro de distribuição. Outro exemplo de utilização desta tecnologia é no transporte de cargas e monitoramento de contêineres.

No entanto, o seu uso ainda não está difundido em determinadas cadeias

Funcionamento do RFID

O sistema de funcionamento de um sistema RFID contém:

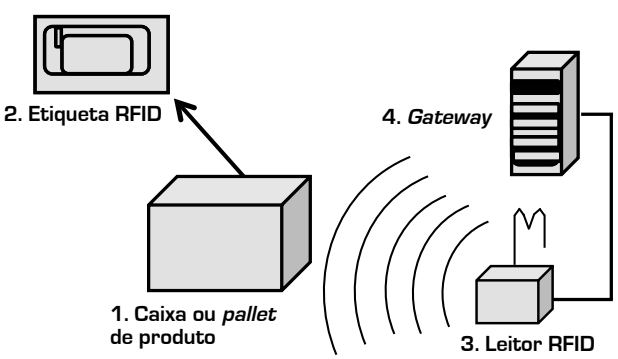
1. Os objetos a ser identificados/rastreados, como caixas, *pallets* ou contêineres;

2. A etiqueta RFID com informações do produto, que é presa ao objeto. Esse é o dispositivo que irá conter as informações do produto em questão;

3. Uma antena e um transponder, que são os dispositivos responsáveis pela leitura da etiqueta RFID e pela transferência dos dados contidos na mesma para um dispositivo leitor RFID;

4. Um *gateway*, o dispositivo central que processa os dados recebidos do leitor, que, por sua vez, serão enviados para um sistema de informação, responsável pelo tratamento e análise dos dados.

Exemplo de um sistema simples utilizando tecnologia RFID

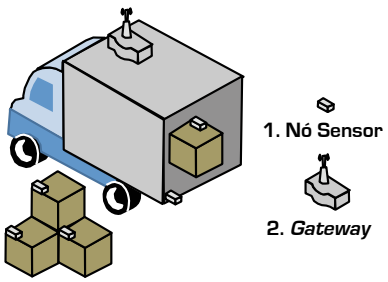


Fonte: Jones et al., 2004

Contêiner Inteligente

Neste sistema, que vem sendo pesquisado na Alemanha, no momento em que os produtos são carregados no contêiner, as etiquetas RFID contidas nas caixas e os outros sensores responsáveis pela medição de variáveis ambientais (chamados, nesse caso, de "nó sensor") são lidos por um leitor RFID (instalado na entrada do contêiner). Este transmite as informações ao *gateway*, que, por sua vez, irá transmiti-las ao sistema de informação da empresa. Caso alguma medição além dos limites estabelecidos seja detectada pelos "nós sensores", os agentes envolvidos receberão uma notificação por e-mail, para que possam tomar as devidas providências, evitando uma possível perda de qualidade da carga.

Contêiner inteligente



Fonte: Becker et al., 2010

agroindustriais, devido ao seu elevado custo de implementação. Este é altamente variável, dependendo da aplicação desejada, da atual integração da cadeia de suprimentos e do momento de implementação do projeto (devido à redução nos preços de componentes eletrônicos ao longo dos últimos anos). Uma pesquisa recente realizada na Europa estima que, para a maioria das empresas estudadas pelos autores, os custos de implementação de um sistema RFID variaram entre R$ 260 mil e R$ 2 milhões. Grande parte destes custos é relacionada não aos dispositivos eletrônicos em si, mas à instalação, mão de obra, desenvolvimento do *software* utilizado e adequações do sistema.

Podem ser destacadas algumas vantagens da tecnologia RFID, que são:

• Rapidez com que os produtos podem ser movimentados e armazenados, com acompanhamento por satélite de um determinado produto;

• Eliminação da contagem manual dos produtos e do escaneamento de códigos de barras das caixas e *pallets* nas docas de embarque e desembarque de produtos.

No entanto, a verificação da qualidade dos produtos pode não ser feita por meio do RFID. O acompanhamento da qualidade pode ser feito por meio de outra tecnologia, a RSSF, que possui sensores capazes de monitorar outras variáveis, como temperatura, umidade relativa, concentração de gases, iluminação dentro de contêineres e *pallets*, entre outras.

Atualmente, a RSSF possui três diferentes formas de utilização, que dependem da necessidade do usuário:

• Com a primeira, é possível enviar uma notificação para informar que uma determinada variável controlada (por exemplo, a temperatura) ultrapassou o limite estipulado;

• A segunda permite que o usuário faça consultas pontuais, no momento que desejar, das variáveis monitoradas pelos sensores; e

• Na terceira, são enviados periodicamente, para um computador central, os dados coletados pelos sensores.

A principal vantagem da tecnologia RSSF é que há uma maior velocidade na transmissão de dados, permitindo a obtenção de informações em tempo real por meio da internet. Além disso, pode-se evitar problemas de infraestrutura advindos do uso de fios e cabos, como no caso das redes de sensores comuns.

Todavia, a utilização desta tecnologia apresenta algumas limitações, como a necessidade de consumo de energia, espaço para armazenamento das informações, problemas de segurança da informação e adaptação a ambientes danosos para os atuais equipamentos utilizados – podendo-se dizer que a tecnologia ainda está em fase experimental.

Uma aplicação da tecnologia RSSF para a logística de produtos agropecuários consiste, por exemplo, no monitoramento da temperatura e umidade em um contêiner que transporta um produto perecível, sensível a estas variáveis. Nos últimos anos, este monitoramento tem sido feito por meio de *data loggers* (equipamentos destinados à gravação de dados durante um período de tempo), que não permitem o acompanhamento em tempo real desses índices.

Um outro sistema semelhante, denominado "contêiner inteligente", utiliza as duas tecnologias mencionadas (RFID e RSSF) para rastrear a cadeia de suprimentos de produtos perecíveis.

Com base nas tecnologias e nos exemplos descritos, há oportunidades de melhoria dos sistemas de rastreabilidade. O uso das tecnologias RFID e RSSF permite ganhos tanto para as empresas (detectando possíveis problemas na carga em tempo hábil), quanto para os consumidores (maior garantia de qualidade e acesso facilitado às informações).

O Brasil, mesmo sendo um grande exportador de produtos agroindustriais, não destina recursos suficientes a esse tipo de pesquisa, o que pode criar, no futuro, uma dependência à tecnologia externa, aumentando os custos de implementação desses sistemas. ■

1 Engenheiro agrônomo pela USP, diretor presidente do IPAGRI (roberto.fray.silva@gmail.com)
2 Economista pela UPF, mestranda em Agronegócios pela UFRGS, professora de Ciências Econômicas da Unochapecó e diretora financeira do IPAGRI (gimores@gmail.com)
3 Engenheiro agrônomo pela USP, mestrando em Planejamento Energético pela UNICAMP e diretor de Pesquisa do IPAGRI (brkawano@gmail.com)
4 Engenheiro eletricista e professor associado do Departamento de Engenharia de Computação e Sistemas Digitais da Escola Politécnica da USP (cecugnas@usp.br)

Segurança no trabalho

Importância para a competitividade das usinas

Fernando Antonio da Costa Figueiredo Vicente*

MENSURAR O clima de segurança em uma usina produtora de etanol, açúcar e energia elétrica é uma decisão estratégica. Os acidentes geram custos, perdas de produtividade e passivos trabalhistas, que não se limitam apenas à empresa ou ao local onde ocorre o incidente. Os prejuízos anuais são estimados em aproximadamente R$ 100 bilhões[1] no Brasil, enquanto nosso orçamento nacional para a Educação é de R$ 72,3 bilhões (exercício de 2012). É bem mais econômico e produtivo concentrar investimentos em prevenção do que no conserto dos erros cometidos.

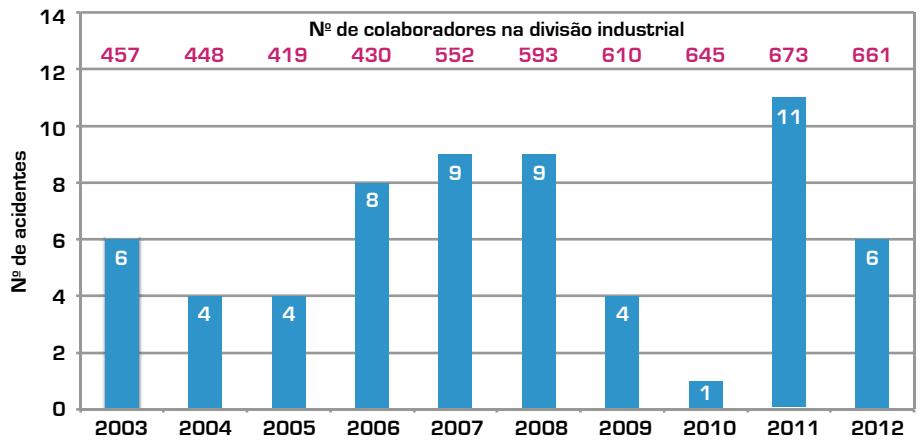
No agronegócio da cana-de-açúcar, assistimos à ocorrência de acidentes graves. Isso demonstra falta de conscientização dos gestores na implantação de um sistema empresarial com prioridade de meta para ocorrência zero. Na safra 2011/12, foram registrados pelo menos duas mortes no setor de moenda da cana, que poderiam ter sido evitadas com ações preventivas e aplicação de treinamentos. A existência de profissionais dedicados, como engenheiros de segurança, técnicos e médicos do trabalho, torna-se imprescindível para o programa de prevenção.

Hoje, a empresa fica responsável pelo pagamento dos primeiros quinze dias de afastamento do trabalhador por acidente. O período subsequente é pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que inicia nova fase na determinação sobre a responsabilidade da empresa com relação ao acidente ocorrido. Em caso positivo, o INSS entra com uma ação regressiva para cobrar os gastos despendidos com o acidente, bem como as implicações futuras. Por meio de 2.389 ações regressivas acidentárias, ajuizadas até dezembro de 2012, o órgão tenta recuperar R$ 414,9 milhões gastos com benefícios a trabalhadores. Cabe, também, lembrar a possibilidade de o Ministério Público processar criminalmente os responsáveis das empresas pelo ocorrido.

A Occupational Health and Safety Assessment Series (OHSAS) é uma norma voltada à certificação de programas de gestão de segurança, saúde e meio ambiente. Visa auxiliar as empresas a controlar os riscos de acidentes no local de trabalho. Essa ferramenta já foi aplicada com sucesso na Usina Alta Mogiana, com foco na segurança e saúde ocupacionais. A Usina está localizada no estado de São Paulo e produz etanol, açúcar e energia elétrica.

A criação da OHSAS é uma resposta à permanente demanda por parte dos usuários para a avaliação dos resultados do sistema de administração da segurança. O procedimento identifica perigos, avalia os riscos e determina

Usina Alta Mogiana: Número de acidentes na divisão industrial após a implantação da OHSAS



Fonte: Usina Alta Mogiana



MARCELLO CASAL JR/ABR

os controles necessários na busca do zero acidente, além de ser compatível com as certificações ISO 9001 (Qualidade), 14001 (Meio Ambiente) e 22000 (Segurança do Alimento). Cumprir a legislação, definir objetivos, estruturar responsabilidades, treinamento, comunicação, controle de documentos e respostas emergenciais são os principais itens que integram este sistema.

Implantando a gestão de segurança

Durante o processo de implantação da OHSAS, a usina teve que superar diversos desafios. Como resultado dessa experiência, podem ser destacados alguns pontos que precisam ser considerados por qualquer empresa que participe desse processo:

1) Como é difícil determinar o retorno financeiro da não ocorrência do acidente – indicadores financeiros são comumente considerados para a aprovação de investimentos –, é necessário que haja a conscientização da direção da empresa sobre a importância do investimento na prevenção de acidentes.

2) O levantamento dos riscos relacionados à segurança expõe problemas e limitações, o que pode não ser bem-visto por outros setores da empresa.

3) O *benchmarking* entre empresas brasileiras é restrito pela pouca quantidade de certificações realizadas. Das 423 usinas existentes, somente quatro possuíam esta certificação em 2011.

4) É fundamental a contratação de uma consultoria e um órgão certificador com experiência no ramo do agronegócio.

A Usina Alta Mogiana foi pioneira no setor sucroenergético ao implantar a certificação OHSAS 18001, em 2003. Ela colaborou para alcançar dezessete anos sem perder um dia de trabalho por acidente nos setores "Sistemas Elétricos", que possui trinta e dois funcionários, e "Controle de Qualidade", com vinte e oito funcionários, ambos da planta industrial.

O acidente é a pior forma de aprendizado que existe. Dessa forma, a recomendação é desenvolver a cultura de segurança antes que a situação obrigue-o a fazê-lo. Esse processo acarreta a melhoria de toda a empresa, já que a implantação da gestão da segurança oficializa a preocupação com as pessoas, o principal ativo da organização. ■

*Diretor industrial da Usina Alta Mogiana (fernando@altamogiana.com.br)
1 Jornal O Estado de São Paulo, Ed. 21, 21/12/2012



Seu conhecimento pode virar

RECONHECIMENTO

Participe do

Prêmio Sescoop

Excelência de Gestão

O Prêmio Sescoop Excelência de Gestão chegou para incentivar melhorias práticas de gestão nas cooperativas. Além de reconhecer o esforço na busca por inovações que fortaleçam ainda mais o setor, o prêmio visa a ampliar sua rede de relacionamento. Não fique de fora. Faça hoje mesmo a sua inscrição e coopere com o desenvolvimento do cooperativismo.



PARA PARTICIPAR:

1) Acesse **http://premiogestao.brasilcooperativo.coop.br**, assista ao vídeo, leia o regulamento e responda aos questionários de avaliação.

2) Procure a unidade Sescoop do seu estado e solicite o material impresso de inscrição.

FNQ FUNDAÇÃO NACIONAL DA QUALIDADE
EXCELÊNCIA EM GESTÃO

SESCOOP
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SistemaOCB
CNCOOP - OCB - SESCOOP



Representante da Emater, Hamilton Jesus, entrega comprovante ao produtor rural Paulino Knapk

Iniciativa pioneira elimina agrotóxicos obsoletos dos campos paranaenses

Com apoio do inpEV, elos do Sistema Campo Limpo foram articulados para viabilizar a devolução de mais de 1.200 toneladas de BHC de diversas regiões do estado

O uso de agrotóxicos organoclorados, amplamente utilizados nas décadas de 1960 e 1970, foi proibido no Brasil em 1985, por meio da Portaria nº 329 do Ministério da Agricultura. Na época, a falta de um procedimento estruturado para dar destino adequado a eventuais estoques remanescentes nas propriedades rurais fez com que esses produtos permanecessem no campo, mesmo após a proibição do seu uso.

O estado do Paraná, de forma pioneira, elaborou um programa específico para o recolhimento destes agrotóxicos proibidos por lei e/ou obsoletos. A iniciativa do governo do estado, por meio da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Instituto das Águas do Paraná e Instituto Ambiental do Paraná – IAP) e da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater), envolveu os municípios paranaenses e contou com a participação do inpEV (Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias) – instituto que representa a indústria fabricante de agrotóxicos para a destinação das embalagens vazias de seus produtos –, da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar) e do Sistema FAEP (Federação da Agricultura do Estado do Paraná).

O programa começou com a declaração de posse do material em 2009, com o respaldo da Lei Estadual nº 16.082/2009, que isentou os produtores de quaisquer sanções cíveis, penais ou administrativas decorrentes da posse do material. Na ocasião, cerca de 2 mil agricultores e instituições paranaenses declararam a existência de mais de 600 toneladas do produto. A etapa de devolução teve seu início em 2012, e a quantidade entregue ao final do projeto superou as expectativas: mais de 1.200 toneladas de BHC foram retiradas do campo até o fim de maio de 2013.

Responsabilidades compartilhadas

A organização do processo de devolução dos produtos ficou a cargo do Instituto das Águas e da Emater, que, além de ter recebido as autodeclarações, reuniu os agricultores, entregou os kits para o acondicionamento, orientou sobre o processo de devolução e recebeu, ainda, os produtos nos armazéns temporários. Cada unidade temporária ficou aberta de acordo com um calendário predefinido para receber os produtos declarados em sua região.

"O papel de todos os parceiros foi muito importante. Se um falhasse, nada aconteceria. Essa é uma lição para outros estados", afirma Udo Bublitz, engenheiro agrônomo da área de Sustentabilidade Ambiental da Emater e coordenador estadual do projeto de devolução de BHC.

A FAEP também recebeu autodeclarações dos agricultores, e a Ocepar apoiou na definição dos locais para o armazenamento temporário dos produtos. O inpEV forneceu os kits de acondicionamento para cada agricultor e coordenou a destruição dos produtos entregues pelo governo do estado nos incineradores parceiros do Sistema Campo Limpo.

Cartilha integrante do kit distribuído para agricultores do Paraná



DEVOLUÇÃO DE BHC

E/OU OUTROS AGROTÓXICOS PROIBIDOS POR LEI, AUTODECLARADOS DO ESTADO DO PARANÁ:

FUNCIONAMENTO DO PROJETO E ORIENTAÇÕES AOS PRODUTORES RURAIS

Devido à necessidade de eliminação dos agrotóxicos proibidos por lei, principalmente o BHC, remanescentes no campo, o Governo do Paraná, por meio da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Instituto das Águas – Águas Paraná e Instituto Ambiental do Paraná - IAP) e da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater) e representantes do setor privado (inpEV, Ocepar e Sistema FAEP), criaram um grupo de trabalho e um projeto para viabilizar o cadastramento, recebimento, transporte e destinação desses produtos sob a guarda dos agricultores paranaenses.

A primeira etapa do projeto foi realizada em 2009, quando os produtores rurais tiveram a oportunidade de declarar a existência desses produtos em suas propriedades com respaldo da Lei Estadual nº 16.082/2009, que isentou os declarantes de quaisquer sanções civeis, penais ou administrativas, relacionadas à posse desses agrotóxicos.

O BHC é proibido por lei

PROCURA-SE

BHC

RECOMPENSA

modelo

Folheto de divulgação do projeto em 2009

Do período da declaração até o final de 2011, as instituições envolvidas trabalharam intensamente para viabilizar a etapa de devolução dos materiais, que será realizada entre março e julho de 2012, conforme as orientações a seguir.

PARTICIPANTES DA ETAPA DE DEVOLUÇÃO:

Produtores rurais ou instituições paranaenses que declararam a posse de BHC e/ou outros agrotóxicos proibidos por lei ao Governo estadual em 2009 (Lei 16.082/2009).

FUNCIONAMENTO:

Os declarantes deverão acondicionar os produtos declarados e devolvê-los aos locais (Armazéns Temporários) previamente definidos pelos organizadores do projeto, de acordo com o calendário de devolução de cada região do Estado.

Os Armazéns Temporários receberão todo o material declarado. No local será emitida uma certidão de recebimento atestando que os produtos declarados foram devidamente entregues ao Governo do Estado. O declarante, de posse da certidão, passa a estar isento de obrigações quanto aos produtos devolvidos.

Para o acondicionamento e transporte dos produtos declarados serão fornecidos kits de segurança personalizados contendo EPI e sacos de acondicionamento.

COMO REALIZAR O ACONDICIONAMENTO:

MATERIAIS NECESSÁRIOS:
O kit de segurança fornecido pelos organizadores é de fundamental importância nesse processo.

COMPOSIÇÃO DO KIT:

- Sacos de acondicionamento;
- EPI: jaleco, calça, boné árabe, avental PVC, luva, respirador e viseira com proteção facial.

Além dos itens do kit de segurança, o declarante deverá dispor de botas apropriadas para calçar durante o acondicionamento, de uma pá e de lona plástica para cobrir o solo.



Armazém temporário que funcionou em abril de 2013, em Contenda (PR)



BHC entregue por agricultores paranaenses é acondicionado em Contenda (PR)

Para o acondicionamento e transporte dos produtos aos armazéns temporários, os produtores rurais foram orientados sobre os procedimentos da operação, no momento da entrega dos kits. No ato da devolução, foi emitida para cada declarante uma certidão atestando que os produtos foram devidamente entregues ao governo do estado e que os envolvidos estavam isentos de responsabilidades. Após a devolução aos armazéns temporários, os produtos foram encaminhados para incineração.

As ações de devolução foram bem-sucedidas. "Na região de Maringá, Assaí e Apucarana, por exemplo, a previsão era receber 143.877 quilos, e acabamos recebendo 231.765 quilos, já que muitos produtores declararam volumes menores do que o real, pela dificuldade de estimar o peso do material. Hoje, podemos verificar o alívio dos agricultores por não ter mais esses produtos estocados", destaca Rui Leão Mueller, coordenador do programa no Instituto das Águas.



Embalagens de resgate preparadas pelos produtores rurais com o BHC



Vilson Stafin

Vilson Stafin, dono da fazenda Santa Maria, produtora de tabaco, em Rio Negro (PR), fez questão de entregar os aproximadamente 40 quilos de BHC "herdados" da época em que o pai administrava a propriedade, há mais de trinta anos. Sua iniciativa serviu de exemplo a outros produtores da região.

"Precisamos ter a consciência de que, se jogarmos o material proibido em algum 'lugarzinho' onde ninguém vai encontrar, podemos contaminar o solo, e dependemos dele. Sinto-me aliviado de não ter mais o BHC no terreno, fui muito bem orientado na devolução e falei a colegas que eles não precisam temer, porque não tem multa para quem faz a coisa certa."

"Todos os elos do Sistema Campo Limpo (logística reversa de embalagens vazias de defensivos agrícolas) compartilharam responsabilidades, e quem ganhou, em última instância, foram o meio ambiente e a saúde pública."

João Cesar M. Rando, diretor presidente do inpEV

Resultados – O projeto em números

- Envolvimento de 2082 agricultores do estado, a partir da entrega das autodeclarações, em 2009;
- 235 municípios participantes;
- Colaboração de seis entidades;
- Destruição de cerca de 1.200 toneladas de agrotóxicos proibidos por lei.

"O projeto pioneiro permite retirar da mão do agricultor paranaense produtos estocados por mais de trinta anos, que poderiam causar problemas ambientais e de saúde pública. Tudo foi possível graças à divisão de atribuições entre os parceiros envolvidos."

Márcio Nunes, presidente do Instituto das Águas do Paraná

Entenda o que são agrotóxicos obsoletos

Agrotóxico obsoleto é todo agrotóxico em desuso, ou seja, aquele cuja fabricação, comercialização e utilização são proibidas por lei no Brasil, em especial os organoclorados. Eles persistem no meio ambiente durante longos períodos, são transportáveis a grandes distâncias e bioacumuláveis no tecido humano e animal, aumentando sua concentração nas cadeias alimentares e podendo acarretar danos à saúde humana e ao meio ambiente.

Os agrotóxicos obsoletos, atualmente proibidos, foram utilizados de maneira legal na produção agropecuária brasileira e mundial a partir da década de 40, principalmente como inseticidas. O BHC foi um dos mais utilizados, especialmente nas culturas de café e algodão.

Tratado internacional

Uma parte dos produtos proibidos pela Portaria nº 329 do Ministério da Agricultura, de 1985, também está listada na **Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (Convenção POPs)**, um tratado internacional em vigor desde 2004, do qual o Brasil é uma das 178 partes signatárias. Este tratado possui, em seu escopo, a obrigação dos países integrantes de adotar medidas de controle relacionadas a todas as etapas do ciclo de vida – produção, importação, exportação, uso e destino final – das substâncias listadas em seu texto oficial. Atualmente, a lista é composta por vinte e duas substâncias, sendo que treze são pesticidas, utilizados como defensivos agrícolas ou para eliminação de vetores de doenças*.

*Fonte: http://chm.pops.int/Convention/ThePOPs/tabid/673/Default.aspx

O inpEV



Desde que os defensivos agrícolas passaram a ser utilizados em larga escala no País, por volta de 1960, um conjunto de leis buscou regulamentar a sua aplicação, sem, no entanto, dispor sobre a destinação das embalagens pós-consumo. Entre as décadas de 1980 e 1990, acirrou-se o debate sobre os problemas representados pela destinação inadequada destas embalagens: problemas ambientais – porque restos do produto podem contaminar o solo e lençóis freáticos – e, também, problemas de saúde, uma vez que reutilizar as embalagens ou as reciclar sem critério pode prejudicar as pessoas e animais.

Em 1992, a Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef) liderou a criação de um grupo de estudos voltado a entender o fluxo das embalagens vazias de defensivos agrícolas, definindo as bases de um projeto de destinação adequada, de abrangência nacional. Dois anos depois, tinha início o projeto piloto da estação de recebimento destas embalagens em Guariba (SP), viabilizado a partir de um convênio com a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (AEASP), a Cooperativa dos Plantadores de Cana de Guariba (Coplana) e uma empresa recicladora.



A partir daí, várias outras instituições aderiram à iniciativa: Associação das Empresas Nacionais de Defensivos Agrícolas, Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola, Organização das Cooperativas Brasileiras e Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários. E os bons resultados obtidos fizeram com que o projeto piloto servisse de parâmetro para a normatização do processo de destinação de embalagens de defensivos agrícolas pós-consumo, sistematizada na lei 9.974/2000. A legislação atribuiu aos usuários de defensivos agrícolas a responsabilidade de devolver as embalagens vazias aos canais de distribuição. Os comerciantes, por sua vez, teriam de encaminhá-las aos fabricantes, que não só deveriam responder pela destinação adequada – reciclagem ou incineração –, como também por ações de educação ambiental e conscientização, com apoio do poder público.

Para que essa cadeia funcionasse de forma integrada, no entanto, era preciso centralizar o seu gerenciamento. A resposta foi a criação do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV), fundado oficialmente em 14 de dezembro de 2001. Entidade sem fins lucrativos que representa os fabricantes de defensivos agrícolas, o inpEV entrou em funcionamento em março de 2002, atuando na estruturação, gerenciamento e disseminação de informações relativas ao programa de logística reversa de embalagens vazias daqueles produtos, denominado Sistema Campo Limpo.

Em pouco mais de dez anos, o inpEV garantiu que o Brasil se consagrasse como líder absoluto na destinação de embalagens vazias de defensivos agrícolas. O Sistema Campo Limpo já retirou do ambiente mais de 250 mil toneladas de embalagens de defensivos agrícolas pós-consumo, com quantidades crescentes ano após ano. Por isso, o Sistema é reconhecido como um dos mais eficientes programas de logística reversa de resíduos sólidos do mundo. ■

Agroquímicos

Em nome da ciência que protege os alimentos

Antonio Pedro da Silva Souza Filho*

A AGRICULTURA moderna que conhecemos, com altas produtividades requeridas para atender a demanda cada vez mais elevada de alimentos pela sociedade, só foi possível com o apoio incondicional de modernas tecnologias. As novas cultivares de milho, soja, arroz e trigo manifestam o seu arsenal genético produtivo mediante controle sistemático das endemias que as acometem durante seu ciclo de vida.

Ainda assim, nos mais variados fóruns, desde as reuniões de sindicatos a eventos com profissionais do ramo, a supressão destes produtos é defendida com unhas e dentes. Que todos tenham o direito, e até o dever, de manifestar sua opinião é certo e líquido. Só que é preciso deixar as paixões de lado e analisar friamente a situação em um contexto mais amplo.

Mitificar o assunto ou restringir o debate aos fóruns sociais e deixar a gerência da sinfonia a cargo de ONG's e pessoas sem o menor compromisso com a segurança alimentar da população merece, no mínimo, profundas reflexões; ademais, defender argumentos que não se sustentam ou impor teorias cegas, ao sabor do volume da voz, não é, definitivamente, o melhor caminho.

A argumentação e a racionalidade da defesa dos pontos de vista devem predominar, sem deixar à margem do debate o direito inalienável que 7 bilhões de pessoas têm de se alimentar corretamente todos os dias. Propostas outras sem considerar tal aspecto não merecem ser minimamente levadas a sério ou mesmo postas na mesa.

Nessa celeuma, surpreende o fato de a alta relevância para o bem-estar da sociedade, como um todo, ser simplesmente varrida para debaixo do tapete. Pontos cruciais precisam ser respondidos com base em conhecimento científico sólido. Eles representam, em primeira e última instância, salvaguarda aos interesses de todos os cidadãos e não são sequer levantados nos debates.

O que aconteceria com a produção agrícola do mundo, em geral, e do Brasil, em particular, se o uso dos pesticidas fosse proibido? Quais seriam os impactos dessa medida nos custos dos produtos agrícolas? Haveria desnutrição humana sobre a população e os países pobres? O seu impacto teria distribuição igualitária entre os ricos e pobres? As políticas de segurança alimentar se sustentariam?

Em um passado não muito distante, tivemos pragas vorazes que dizimaram lavouras e lavouras, como foi o caso do "gafanhoto da montanha", considerado a mais grave praga já acometida na agricultura. Hoje, este inseto está controlado e confinado em seu habitat natural, as montanhas dos Estados Unidos. Mas, se os inseticidas que as mantêm assim fossem banidos, as pragas poderiam voltar a assolar os cultivos e gerar insegurança de toda ordem.

A Sociedade Brasileira da Ciência das Plantas Daninhas (SBCPD), que congrega cientistas de reconhecimento nacional e internacional, vê com bons olhos as preocupações da sociedade com a segurança dos alimentos, a qualidade de sua dieta e a preservação dos recursos naturais. Mas afirma, também, que, nos últimos quarenta anos, os defensivos agrícolas evoluíram como a agricultura brasileira.

Atualmente, os produtos disponíveis aos produtores rurais, em sua grande maioria, apresentam soluções inovadoras: menor poder residual no ambiente; embalagens hidrossolúveis; melhoria na toxicidade; entre outros atributos minimizadores de riscos ao meio ambiente e ao ser humano. Adicionalmente, reconhece-se que, para a liberação de novos produtos, os órgãos reguladores estão mais exigentes e com protocolos de avaliação mais rígidos. Dessa forma, como os novos produtos lançados nos últimos anos estão amparados por legislações mais eficientes e mais rígidas, há um indicador claro do compromisso inabalável de todos os envolvidos nesse processo.

Avançamos, e muito, mas ainda temos um bom caminho pela frente. O atual momento atende certas especificidades, porém não é o ideal. Não devemos conformar-nos com o que temos. Podemos melhorar e devemos trabalhar nesse sentido. A SBCPD confia na ciência, na inteligência humana e na capacidade dos cientistas de gerar inovações tecnológicas para amenizar os conflitos entre os modelos de produção agrícola e os interesses da sociedade; ao mesmo tempo, abomina o discurso carente do fôlego intelectual.

Assim, ratificamos o compromisso maior com a produção sustentável de proteínas, fibras e energia, tão essenciais ao desenvolvimento completo, física e intelectualmente, de cada ser humano. Caminhamos, todos, nesse sentido. Somente assim, dias melhores nos esperam. ■

*Engenheiro agrônomo, PhD e presidente da Sociedade Brasileira da Ciência das Plantas Daninhas

OCB DIVULGA PRÉVIA DO PANORAMA DO COOPERATIVISMO BRASILEIRO EM 2012

Movimento injetou R$ 8 bi na economia nacional, apenas com salários e benefícios ao trabalhador. Em 2012, cerca de 370 mil brasileiros tornaram-se cooperativistas.

Cada vez mais brasileiros aderem ao modelo de negócios que defende e trabalha pela sustentabilidade econômica, social e ambiental: o cooperativismo. Até dezembro de 2012, 10,4 milhões de brasileiros estavam associados a uma cooperativa, segundo dados do Sistema OCB. O número corresponde à população de Portugal e segue uma tendência ininterrupta de crescimento desde 2001.

Atualmente, o cooperativismo injeta R$ 8 bilhões em salários e benefícios na economia nacional. "Esse valor refere-se aos empregos gerados por todas as cooperativas do País. Hoje, 87% delas estão vinculadas ao Sistema OCB. Nosso objetivo é atuar para que o setor ganhe ainda mais força e espaço no mercado", destaca o presidente do Sistema OCB, Márcio Lopes de Freitas.

"As cooperativas têm se destacado na economia nacional, com produtos e serviços cada vez melhores, e esses resultados têm chegado ao conhecimento da opinião pública, mobilizando uma quantidade crescente de pessoas. Os indicadores confirmam a importância do setor na redução das desigualdades sociais", ressalta Lopes de Freitas.

O cooperativismo brasileiro está presente nos três setores da economia, com maior participação de mercado nos ramos agropecuário, de crédito e de saúde. Atualmente, 50% de toda a produção agropecuária brasileira passam, de alguma maneira, por uma cooperativa. Além disso, no último ano, o setor contabilizou praticamente US$ 6 bilhões em exportações, sendo 98% da pauta oriundos deste ramo[1]. Juntas, as dez maiores cooperativas do ramo agro registraram vendas líquidas de R$ 32,8 bilhões[2].

Cooperados – Segundo o estudo divulgado pelo Sistema OCB, no comparativo a 2011, foi observado um aumento de praticamente 4% no total de cooperados no País. Isso significa dizer que 370 mil brasileiros associaram-se a uma cooperativa no último exercício. Dos treze ramos de atuação do segmento, o Crédito é o que mais se destaca nesse indicador, respondendo por quase 50% da totalidade dos associados do País (4,9 milhões). Em seguida, estão o ramo Consumo (2,7 milhões) e o Agropecuário (966 mil).



SXC.HU

Por região, o Sudeste aparece em primeiro lugar (cerca de 4,9 milhões), acompanhado do Sul (4 milhões) e do Centro-Oeste (cerca de 713 mil). Já, entre os estados, São Paulo está na liderança (3,4 milhões); Rio Grande do Sul (2,1 milhões) e Santa Catarina (1,2 milhões) ocupam o segundo e o terceiro lugares. Até 2016, a previsão é chegar aos 12 milhões de cooperativistas.

Empregos diretos – Essa linha de crescimento também marca o cenário de empregados do Sistema. No último ano, as sociedades cooperativas do Sistema geraram 304 mil empregos diretos, total 2,7% superior ao verificado em 2011. As cooperativas de saúde registraram o maior percentual de contratações (14,8%), contabilizando 77 mil empregados.

Regionalmente, geram mais empregos no cooperativismo o Sul (151 mil), o Sudeste (97 mil) e o Centro-Oeste (cerca de 20 mil). Considerando os estados, os campeões de geração de postos de trabalho são: Paraná (praticamente 61 mil), Rio Grande do Sul (aproximadamente 52 mil) e São Paulo (48 mil). A expectativa é responder – nos próximos quatro anos – por 356 mil postos de trabalho, um incremento de 52 mil novas oportunidades ao setor.


SXC.HU

Cooperativas – Paralelamente, o levantamento indica uma estabilização do total de cooperativas no Brasil. O número manteve-se praticamente inalterado nos últimos dois anos – fechando em 6.587 (2012) e 6.586 (2011). "Esse é um comportamento observado em vários setores. As organizações, em busca de maior escala e força no mercado, juntam-se, a partir de processos de fusão e incorporação. E isso ocorre também no movimento cooperativista", explica o presidente do Sistema OCB.

Sobre o Sistema OCB

No Brasil, o movimento cooperativista é representado pelo Sistema OCB, composto por três entidades complementares: Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Confederação Nacional das Cooperativas (CNCoop) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). O Sistema conta com uma unidade nacional e vinte e sete unidades estaduais, localizadas nas capitais de cada estado e, também, no Distrito Federal.

Exportações – Os produtos das cooperativas brasileiras também são reconhecidos internacionalmente. Em 2012, o setor contabilizou praticamente US$ 6 bilhões em exportações, sendo 98% desta pauta oriundos do ramo agropecuário. Os complexos sucroalcooleiro, de soja e de carnes concentraram as vendas do cooperativismo a outros países – com US$ 2,32 bilhões, US$ 1,1 bilhão e US$ 986,3 milhões, respectivamente.

Os principais clientes dos produtos de cooperativas brasileiras são: Estados Unidos (US$ 900 milhões – 15,1%), China (US$ 791 milhões – 13,2%), Emirados Árabes Unidos (US$ 386,2 milhões – 6,5%) e Alemanha (US$ 380,4 milhões – 6,4%). A produção comercializada externamente parte, principalmente, de São Paulo (US$ 2 bilhões – 33,9%), Paraná (US$ 1,7 bilhão – 29,2%), Minas Gerais (US$ 750,8 milhões – 12,6%) e Santa Catarina (US$ 370,5 milhões – 6,2%).

[1] Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).
[2] Levantamento da Revista Exame.

Diário de bordo

Tecnologia dá lucro



Roberto Rodrigues*

A AGRICULTURA tem um círculo vicioso perverso: se a atividade tem baixa renda, o produtor não consegue comprar tecnologia; sem tecnologia, a produtividade é baixa; com baixa produtividade, não se gera renda; e assim por diante.

Na história recente, diversos governos brasileiros criaram mecanismos para romper esse processo, seja facilitando o acesso ao crédito rural, que já foi subsidiado, seja garantindo preços mínimos, que cubram pelo menos os custos de produção, seja oferecendo assistência técnica, etc.

E alguns instrumentos foram claramente estimulantes para os produtores incorporarem tecnologia, reduzindo custos e aumentando a produtividade.

Foi assim, por exemplo, nos anos 60 do século passado, quando foi criado o Índice de Produtividade: quem não tivesse uma produção mínima por área, determinada por fórmulas acadêmicas, ficaria sujeito a desapropriação para efeitos de reforma agrária. Isso empurrou os produtores mais capitalizados em busca de tecnologias que aumentassem sua produtividade.

Foi assim, também, com a famosa Cédula G: insumos modernos (fertilizantes, sementes certificadas, máquinas e implementos, vacinas, rações) recomendados pelos institutos de extensão rural e assistência técnica adquiridos pelos produtores tinham seu valor multiplicado por índices diferenciados por insumo, de modo a aumentar as despesas para efeitos de declaração do Imposto de Renda. Esse foi um expressivo período de aumento do uso da tecnologia.

Como resultado desses esforços, a taxa de aumento da nossa produtividade agrícola foi de 3% ao ano nos últimos vinte anos, enquanto a média do mundo foi de 1,1%. E devemos isso a nossos órgãos de pesquisa: a tecnologia "inventou" a moderna agricultura.

A lógica é cristalina: sem tecnologia, não há competitividade, e ponto final.

Pois bem. Boa parte da vasta fronteira agrícola brasileira é composta de solos de baixa qualidade, sobretudo do ponto de vista dos seus nutrientes. São pobres em N, P, K, carecem de matéria orgânica e, portanto, não conseguem reter água; em geral, são ácidos e inférteis. No entanto, nessas mesmas regiões, a agricultura e a pecuária estão avançando, alavancadas por moderna tecnologia. Os níveis de produtividade vão crescendo ano a ano e, mesmo quando as condições de clima são adversas, com secas prolongadas ou simples veranicos em fases críticas dos cultivos, estes resistem e respondem galhardamente às adversidades.

Mas, atenção: ninguém pode acreditar que vai abrir um cerrado com solos de baixa qualidade ou mesmo ocupar uma pastagem degradada com a melhor tecnologia disponível e já conseguir ótima produtividade agrícola no primeiro ano, especialmente se ocorrerem condições adversas de clima, como acontece com frequência em países tropicais como o Brasil. Não é assim: isso demora! É preciso investir com convicção na melhoria físico-químico-biológica do solo. É preciso fazer o plantio direto anos a fio, incorporando matéria orgânica ao solo, ao mesmo tempo em que a correção da acidez é feita com todo esmero e a adubação perfeitamente adequada à demanda da planta. E, só depois de quatro, cinco ou seis anos, é que o fenômeno referido, de resistência à seca, por exemplo, observa-se com clareza. Se chover bem, não se nota diferença se estamos no primeiro ano de plantio ou não. Mas, se a seca ocorre, fica evidente.

Este ano de 2013 foi exemplar nesse aspecto: faltou chuva no oeste da Bahia, no Maranhão e no Piauí. Nestas grandes regiões, alguns produtores conseguiram excelente produtividade, enquanto outros tomaram prejuízos incalculáveis, embora todos tenham usado tecnologia de ponta. A diferença esteve no número de safras de uso do bom padrão técnico: áreas de abertura, do primeiro ano, não responderam da mesma forma que áreas cultivadas há anos.

Em suma, não há dúvida de que tecnologia dá lucro. Mas, é preciso ter paciência, como tudo na agricultura, e esperar pelo resultado positivo, fruto de tecnologia insistentemente utilizada. E, sem ela, não há renda sustentável... ■

*Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV e embaixador da FAO para o Ano Internacional do Cooperativismo

Produzir

Reconhecimento a quem faz o agro



Cesário Ramalho da Silva*

NOS ÚLTIMOS tempos, a sociedade vem demonstrando mais reconhecimento sobre o papel do agro para o desenvolvimento socioeconômico do País. O setor realizou campanhas de comunicação e *marketing* com esse objetivo, e algumas recentes pesquisas mostraram ganho de consciência sobre a importância do segmento.

Hoje, enxerga-se mais o agro como gerador de riqueza, renda e empregos, posicionando o setor como parte fundamental da engrenagem econômica. É claro que falta ainda um bocado para que essa valorização seja mais acentuada; isso leva tempo, gerações até.

Aprofundar a apresentação do agro como um setor cada vez mais tecnológico e, consequentemente, sustentável, esclarecendo mitos, divulgando a adoção de boas práticas, a fim de consolidá-lo como imprescindível para o futuro da Nação, constitui-se em agenda prioritária.

A verdade é que a quebra de um modelo de percepção antigo para um novo, que pauta, agora, esse novo cenário, é resultado do trabalho de indivíduos que contribuíram para a evolução do agro brasileiro. Sejam produtores rurais, empresários, pesquisadores, cooperativistas, engenheiros agrônomos, homens públicos, entre outros. É fato que o empreendedorismo, visão e competência de muitos catapultaram o setor ao que ele é hoje, o negócio do Brasil.

Ancorada no propósito de estimular a memória do agro brasileiro, em 2011, a Sociedade Rural Brasileira criou o prêmio "A Rural", com o objetivo de homenagear grandes personalidades da vida pública do País que, ao longo do tempo, tiveram influência positiva nas atividades agropecuária e agroindustrial.

A premiação reconhece o trabalho e o talento de quem incentivou o empreendedorismo e a livre empresa e estimulou a democracia, contribuindo para o avanço do agro nacional, alçando-o ao estágio de celeiro do mundo na produção de alimentos, fibras e agroenergia.

Simultaneamente à homenagem, o grande intuito do prêmio "A Rural" é destacar e valorizar o poder transformador de histórias vencedoras, para que funcionem de exemplo para novas iniciativas dedicadas e favoráveis ao desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

Isso porque o agro como carro-chefe da economia brasileira é o esteio para geração de riqueza para o País, renda para a população e recursos destinados à inovação, pesquisa e modernização de outros segmentos. Os resultados proporcionados pelo agro têm efeito multiplicador e irradiam benefícios para toda a sociedade, movimentando comércio, indústria e serviços.

No primeiro ano do prêmio "A Rural", o homenageado foi o ex-secretário da Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo, João de Almeida Sampaio Filho, pela sua história como jovem líder do agro brasileiro. Economista, João Sampaio presidiu a SRB em dois mandatos; atualmente, é o presidente do Conselho Superior do Agronegócio da FIESP e, concomitantemente, é alto executivo de uma grande empresa de agroalimentos.

O engenheiro agrônomo Geraldo Diniz Junqueira, fundador da Cooperativa dos Agricultores da Região de Orlândia (Carol), foi o homenageado em 2012. Um dos pioneiros do cooperativismo agrícola no Brasil, Junqueira dirigiu a Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (Ocesp) e foi secretário da Agricultura paulista.

E, agora, em 2013, quando a SRB completa noventa e quatro anos, o prêmio foi entregue ao presidente do Conselho de Administração do Bradesco, Lázaro de Mello Brandão.

Homem do interior do estado de São Paulo, o "senhor Brandão", como é carinhosamente chamado, foi homenageado pelos relevantes serviços prestados, esforço, dedicação e persistência de fazer do Bradesco o maior banco privado de apoio ao produtor rural brasileiro.

Em sua trajetória de sete décadas, o Bradesco consolidou-se como um parceiro de peso do agro ao financiar o projeto de pessoas e empresas do campo, fomentando a evolução da atividade.

E a SRB, ao escolher o homenageado, teve a convicção de que esse propósito teve a assinatura do "senhor Brandão", brasileiro que mescla o "DNA" de um executivo do segmento financeiro com a alma do homem do campo. Que sirva de inspiração. ■

*Produtor rural e presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

Opinião

Na maior Agrishow de todos os tempos, Secretaria mostra suas ações



Mônika Bergamaschi*

NA MAIOR Agrishow de todos os tempos, com um crescimento dos negócios estimado entre 15% e 16% em relação à edição de 2012, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento apresentou um conjunto de produtos, serviços, programas e projetos que muito contribuirão para ampliar a competitividade do setor agropecuário paulista.

Durante toda a semana, os órgãos vinculados à SAA tiveram a oportunidade de demonstrar tecnologias e resultados de pesquisas e de expor programas como o Melhor Caminho, voltado para a recuperação de estradas rurais; o Aplique Bem, sobre o uso correto e seguro de agrotóxicos; o Integra São Paulo; o Microbacias II – Acesso ao Mercado; o São Paulo Orgânico; o trabalho de produção de sementes, mudas e matrizes; o monitoramento e controle da raiva dos herbívoros, para citar alguns. Também foram oferecidas degustações de produtos resultantes de inovações tecnológicas e publicações especialmente elaboradas para difundir informações aos segmentos interessados.

Variedades de amendoim, triticale, algodão, clones de seringueira, aveia, trigo, feijão, café, crotalária, milho e até antúrios foram apresentadas ao público pela primeira vez. Elas são parte do compromisso de oferecer ao setor alternativas para incremento quantitativo e qualitativo da produção.

Também teve excelente repercussão a nova tecnologia desenvolvida pelo Centro de Cana do Instituto Agronômico de Campinas (IAC), o Sistema de multiplicação de cana-de-açúcar com Mudas Pré-Brotadas (MPB), que permite a produção rápida, com sanidade, vigor e uniformidade de plantio, aumentando a eficiência e os ganhos na implantação de viveiros, replantio e renovação de canaviais.

Um dos destaques deste ano foi o Poupatempo do Produtor Rural. A unidade móvel, dotada de internet banda larga, gerador de energia e sistema de telefonia, permite o acesso remoto a mais de cinquenta serviços prestados pela SAA. Lançado no início de abril, conta com três unidades baseadas na região administrativa de Sorocaba, em Itapetininga, Avaré e Itapeva. Já foram realizados mais de três mil atendimentos. Em um futuro próximo, será levado para outras regiões do estado.

A maquete viva do Programa Microbacias, que constantemente desperta curiosidade e atenção, teve como novidade a inclusão da aquicultura em tanques-rede e do Integra São Paulo, programa para recuperação de pastagens degradadas e implantação de sistemas integrados de produção, com lavoura, pecuária e floresta. No espaço, estavam representadas as cadeias que podem ser utilizadas no reordenamento espacial da ocupação agrícola, permitindo demonstrar como o desejado e necessário desenvolvimento rural sustentável é acessível e possível.

O governador Geraldo Alckmin anunciou a destinação de R$ 20 milhões para subvenção ao prêmio do seguro rural para a safra 2013/2014 e lançou oficialmente a etapa de maio da Campanha de Vacinação contra a Febre Aftosa, para bovinos e bubalinos de zero a vinte e quatro meses.

No estande da SAA, o governador fez a entrega simbólica de máquinas e equipamentos do Pró-Trator II e Pró-Implemento, programas do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP), que, no período da Agrishow, receberam mais de 400 propostas de financiamentos, num total de R$ 28,3 milhões.

Alckmin apresentou, ainda, a maquete do Museu da Agricultura, anunciado no ano passado. Será construído nas dependências do Centro de Cana. O conceito é de um museu interativo, nos moldes do Catavento Espaço Cultural da Ciência, que fica na Capital. A ideia é abranger a agricultura em todos seus aspectos, mostrando a evolução do setor e o aproximando ainda mais da população.

São vinte edições de Agrishow, de parcerias, de crescimento em conjunto. E estamos prontos para continuar ajudando a escrever e fazer a história de sucesso que projeta São Paulo para muito além de suas fronteiras. Prontos para colher o que foi semeado outrora e, acima de tudo, para continuar semeando o futuro do agronegócio; o futuro do Brasil. ■

*Secretária de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

Máquinas agrícolas

Preços médios de colheitadeiras em maio de 2013 (R$/unidade)

COLHEITADEIRAS	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Fergusson	MF 32	350.000	480.000	380.000	490.000
Massey Fergusson	MF 9690	530.000	650.000	555.000	700.000
New Holland	CR 9060	769.000	793.978	800.000	906.000
New Holland	CS 660	547.000	572.000	660.000	745.000
New Holland	TC 5090	417.000	447.312	500.000	574.000
New Holland	TC 5070	362.000	395.200	430.000	497.000
Valtra	BC 6500	700.000	700.000	810.000	720.000
Valtra	BC 7500	750.000	780.000	880.000	855.000
Valtra	BC 4500	490.000	420.000	580.000	470.000
John Deere	1175 HY	445.000	509.800	470.000	450.000
John Deere	9470	535.000	687.400	700.000	615.000

Fonte: Scot Consultoria

Preços médios de tratores em maio de 2013 (R$/unidade)

TRATORES	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Fergusson	MF 4292/4	105.000	135.000	118.000	123.000
Massey Fergusson	MF 7140/4	155.000	176.000	145.000	148.000
Massey Fergusson	MF 7370/4	201.000	190.000	215.000	240.000
New Holland	TM 7020	174.000	170.000	155.000	207.000
New Holland	TM 7040	195.000	196.000	170.000	220.000
New Holland	T 7245	243.000	250.000	260.000	350.000
Valtra	BM 125-4	120.000	125.000	137.000	145.000
Valtra	BH 185-4	175.000	205.000	201.000	220.000
Valtra	BH 205-4	190.000	224.000	215.000	230.000
John Deere	7210	275.000	306.000	247.000	310.000
John Deere	8335	375.000	660.000	530.000	520.000

Fonte: Scot Consultoria

Preços médios de distribuidores de calcário em maio de 2013 (R$/unidade)

MARCA	MODELO	CAPACIDADE (M^3)	TIPO	PREÇO (R$)
PS PP 603	Vicon	600	Hidráulico	4.993,68
Sembra 400-P	Incomagri	600	Hidráulico	2.645,00
Sembra 1000-P AV	Incomagri	1.000	Hidráulico	6.571,00
Dicasi	Santa Izabel	550	Carreta	4.516,50
JM LD2050 TT	Jumil (Bertanha)	2.500	Carreta	11.768,00
JM LD2050 TT	Jumil (Bertanha)	2.500	Carreta	19.000,00
DCA DC 2500	Tatu Marchesan	2.500	Carreta	12.800,00
DCA DC 5500	Tatu Marchesan	5.000	Carreta	16.200,00
JM LD5050 TT	Jumil (Bertanha)	5.000	Carreta	15.014,00
JM LD5050 TTD	Jumil (Bertanha)	5.000	Carreta	26.000,00
DFSC 1	Civemasa	5.500	Carreta	17.500,00
DFSC 2	Civemasa	7.500	Carreta	21.000,00

Fonte: Scot Consultoria

Exemplo de financiamento

Veja um exemplo de financiamento para que o produtor tenha facilidade de decisão.

Considere um agricultor ou pecuarista que queira, em maio de 2013, comprar um distribuidor de calcário do tipo carreta, modelo JM LD2050, da Jumil, com capacidade para 2.500 kg, cujo preço é R$ 19.000,00 em São Paulo. O financiamento do bem, para uma entrada de 20% (R$ 3.800,00), é apresentado abaixo, em reais. O prazo de pagamento é de cinco anos e a amortização é semestral, pelo calendário civil (primeira parcela para setembro de 2013). A taxa de juros para a modalidade MODERFROTA é de 5,5% a.a. (PAP 2012/2013). No final do financiamento, o produtor terá pagado R$ 21.231,57 pelo implemento.

DATA DE VENCIMENTO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	PARCELA
01/09/13	R$ 15.000,00	R$ 1.500,00	R$ 475,87	R$ 1.975,87	1
01/03/14	R$ 13.500,00	R$ 1.500,00	R$ 490,57	R$ 1.990,57	2
01/09/14	R$ 12.000,00	R$ 1.500,00	R$ 325,58	R$ 1.825,58	3
01/03/15	R$ 10.500,00	R$ 1.500,00	R$ 284,89	R$ 1.784,89	4
01/09/15	R$ 9.000,00	R$ 1.500,00	R$ 244,19	R$ 1.744,19	5
01/03/16	R$ 7.500,00	R$ 1.500,00	R$ 203,49	R$ 1.703,49	6
01/09/16	R$ 6.000,00	R$ 1.500,00	R$ 162,79	R$ 1.662,79	7
01/03/17	R$ 4.500,00	R$ 1.500,00	R$ 122,09	R$ 1.622,09	8
01/09/17	R$ 3.000,00	R$ 1.500,00	R$ 81,40	R$ 1.581,40	9
01/03/18	R$ 1.500,00	R$ 1.500,00	R$ 40,70	R$ 1.540,70	10
Total		15.000,00	2.431,57	17.431,57	-
Total pago: R$ 3.800,00 (entrada) + R$ 17.431,57 (financiamento) = R$ 21.231,57.					

Produção agrícola brasileira

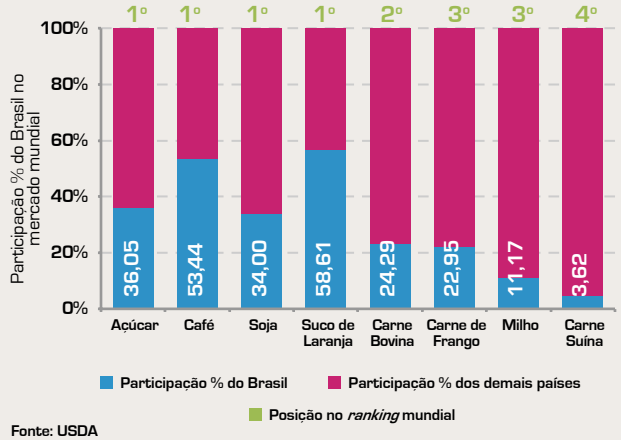
Sexto levantamento da safra de grãos 2012/13 (mil toneladas)

Produção	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12 Previsão (A)	2012/13 Estimativa (B)	Variação (%) B/A
ALGODÃO - CAROÇO	1.890,6	1.843,1	3.228,6	3.018,6	1.997,0	- 33,8
AMENDOIM TOTAL	300,6	226,0	226,5	294,7	326,2	10,7
AMENDOIM 1ª SAFRA	246,1	191,9	199,2	274,6	300,0	9,2
AMENDOIM 2ª SAFRA	54,5	34,1	27,3	20,1	26,2	30,3
ARROZ	12.602,5	11.660,9	13.613,1	11.599,5	11.945,1	3,0
AVEIA	232,2	244,1	379,0	353,5	360,7	2,0
CANOLA	0,0	42,2	69,7	52,0	60,5	16,3
CENTEIO	6,1	4,8	3,2	3,5	3,7	5,7
CEVADA	237,0	201,4	283,9	305,1	287,2	- 5,9
FEIJÃO TOTAL	3.490,6	3.322,5	3.732,8	2.918,5	2.856,3	- 2,1
FEIJÃO 1ª SAFRA	1.344,5	1.463,1	1.680,3	1.235,6	984,9	- 20,3
FEIJÃO 2ª SAFRA	1.371,6	1.022,8	1.325,1	1.063,9	1.211,7	13,9
FEIJÃO 3ª SAFRA	774,5	836,6	727,4	619,0	659,7	6,6
GIRASSOL	109,4	80,6	83,1	116,4	99,9	- 14,2
MAMONA	92,5	100,6	141,3	24,8	24,7	- 0,4
MILHO TOTAL	51.003,9	56.018,0	57.407,0	72.979,8	77.998,2	6,9
MILHO 1ª SAFRA	33.654,9	34.079,2	34.946,7	33.867,1	34.810,5	2,8
MILHO 2ª SAFRA	17.349,0	21.938,8	22.460,3	39.112,7	43.187,7	10,4
SOJA	57.165,5	68.688,2	75.324,3	66.383,0	81.513,4	22,8
SORGO	1.934,9	1.624,2	2.314,0	2.221,9	2.259,9	1,7
TRIGO	5.884,0	5.026,2	5.881,6	5.788,6	4.300,4	- 25,7
TRITICALE	184,7	172,1	114,9	112,2	116,9	4,2
BRASIL	135.134,5	149.254,9	162.803,0	166.172,1	184.150,1	10,8

Fonte: Conab
(A) Dados Preliminares: sujeitos a mudanças (B) Dados Estimados: sujeitos a mudanças

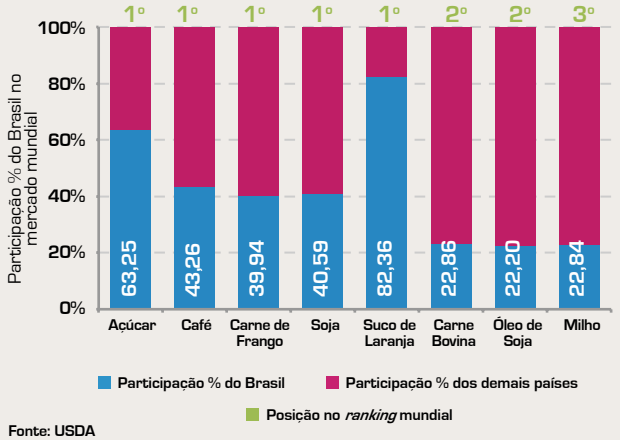
Produção agropecuária brasileira

Posição do Brasil como produtor em relação ao mercado mundial em 2012/13



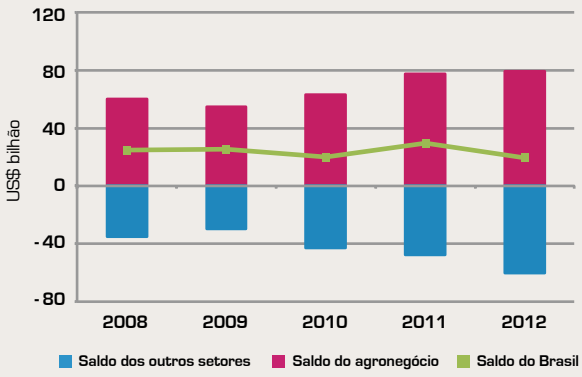
Fonte: USDA

Posição do Brasil como exportador em relação ao mercado mundial em 2012/13



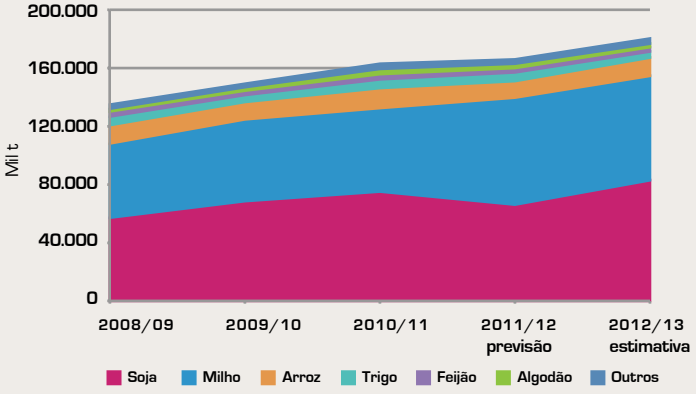
Fonte: USDA

Brasil: Evolução do saldo da balança comercial



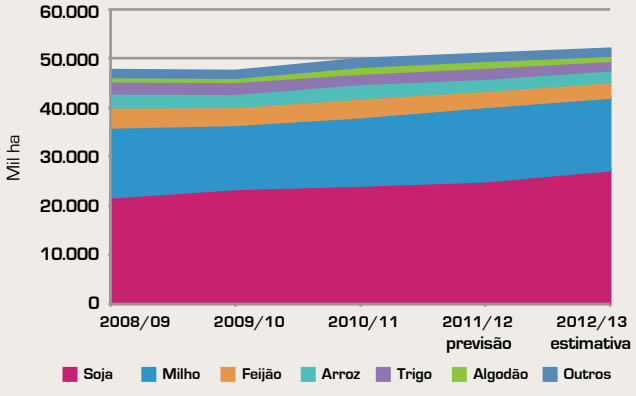
Fonte: SECEX

Brasil: Produção de grãos, por produto



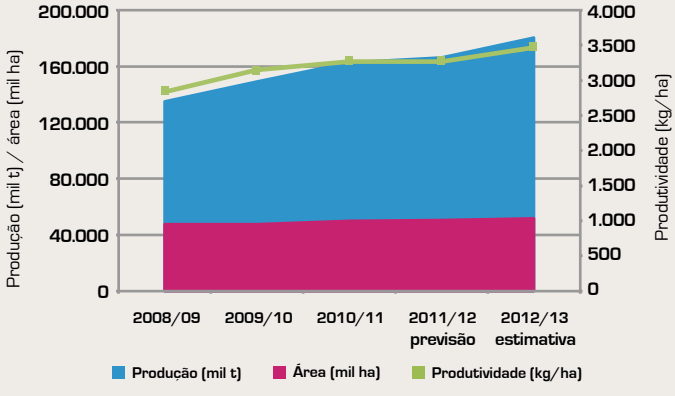
Fonte: Conab

Brasil: Área plantada com grãos, por produto



Fonte: Conab

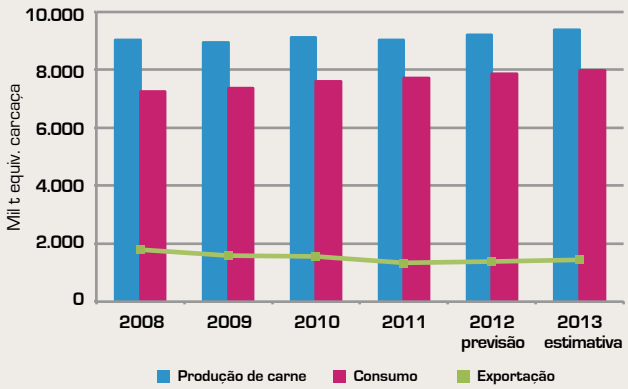
Brasil: Área plantada com grãos, produção e produtividade



Fonte: Conab

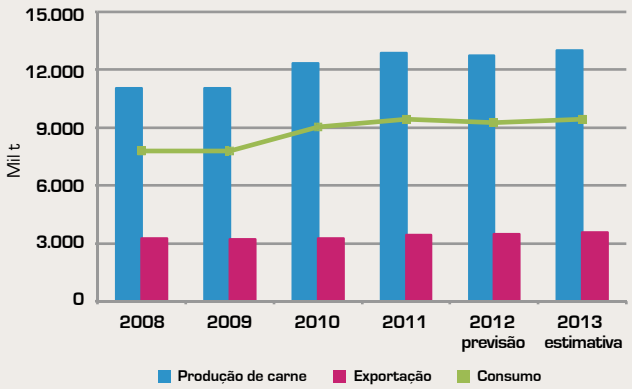
Produção agropecuária brasileira

Brasil: Produção de bovinos



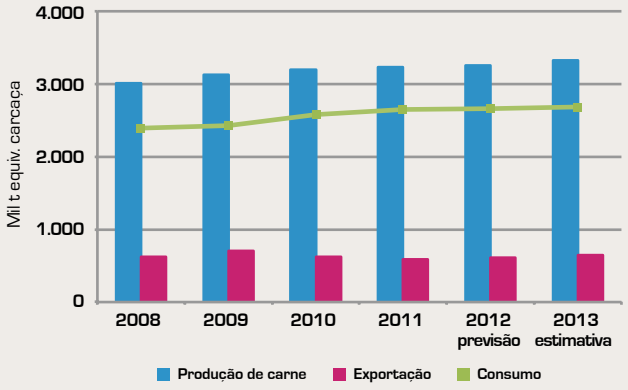
Fonte: USDA

Brasil: Produção de aves



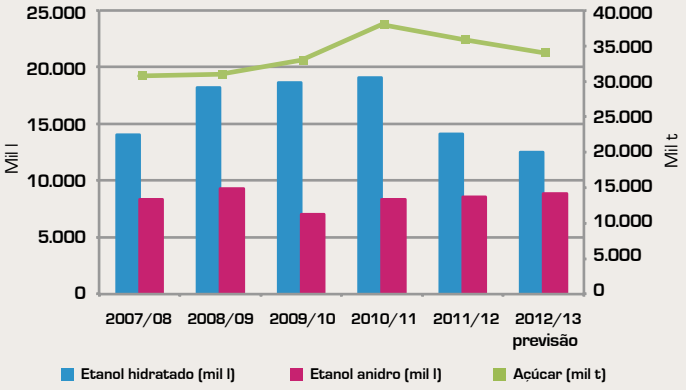
Fonte: USDA

Brasil: Produção de suínos



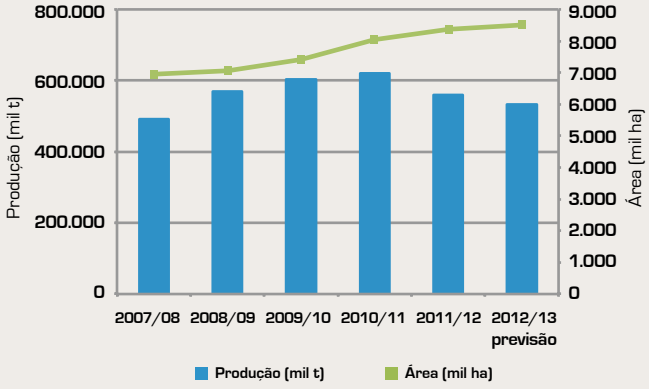
Fonte: USDA

Brasil: Produção de açúcar e etanol



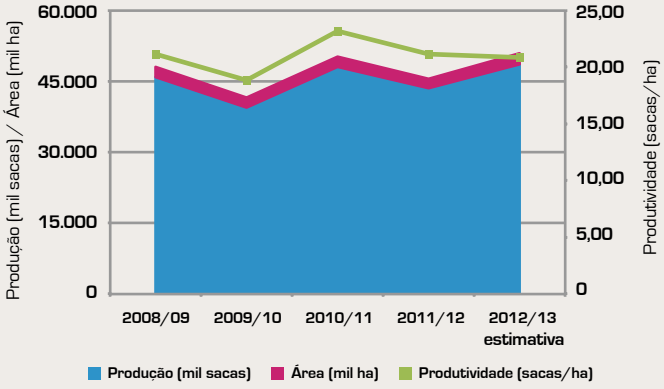
Fonte: UNICA

Brasil: Área e produção de cana-de-açúcar



Fonte: UNICA; Conab

Brasil: Área plantada com café, produção e produtividade



Fonte: Conab